



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO ECONÔMICA



PLANO DECENAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL

TOMO I

VISÃO GLOBAL

Volume 1

- **ESTRUTURA GERAL E
ESTRATEGIA
DE DESENVOLVIMENTO**

(VERSÃO PRELIMINAR)

Documento de Trabalho *
em Versão Preliminar
Sujeito a Aprovação
e Revisão

Não pode ser citado

(*) O presente documento foi impresso para efeito de sua discussão a nível técnico.

**PLANO DECENAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

VISÃO GLOBAL

**ESTRUTURA GERAL
E ESTRATÉGIA
DE DESENVOLVIMENTO**

(Versão Preliminar

Março — 1967

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

Roteiro do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social

TOMO I — VISÃO GLOBAL

- 1 — Estrutura Geral e Estratégia de Desenvolvimento
- 2 — Bases Macroeconômicas do Plano Decenal (Mimeografado)
- 3 — Orçamento-Programa Plurianual e Programa de Investimentos dos Setores Mistos (Mimeografado)
- 4 — Lista de Projetos para Financiamento por Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais (Mimeografado)

TOMO II — ASPECTOS MACROECONÔMICOS

- 1 — Política Tributária
- 2 — Política Monetária e Mercado de Capitais
- 3 — Política Econômica Internacional

TOMO III — INFRA-ESTRUTURA

- 1 — Energia
 - 1.1 — Energia Elétrica
 - 1.2 — Petróleo
 - 1.3 — Carvão

Estudos Especiais: «O RELATÓRIO DO COMITÊ ENERGÉTICO DA REGIÃO CENTRO-SUL» (Mimeografado)

- 2 — Transportes
- 3 — Comunicações

TOMO IV — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- 1 — Agricultura e Reforma Agrária
- 2 — Abastecimento

Estudos Especiais: «O ZONEAMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL» — «PROJEÇÕES DE OFERTA E PROCURA DE FERTILIZANTES» (Mimeografado)

TOMO V — INDÚSTRIA E MINERAÇÃO. SERVIÇOS

- 1 — Desenvolvimento Industrial
- 2 — Indústria Mecânica e Elétrica
- 3 — Siderurgia
- 4 — Indústria de Metais Não-Ferrosos
- 5 — Indústria Química
- 6 — Papel e Celulose. Borracha. Indústrias Tradicionais
- 7 — Indústria de Construção e Indústria de Minerais Não-Metálicos (Cimento)
- 8 — Mineração
- 9 — Pesquisa de Recursos Minerais
- 10 — Turismo

Estudos Especiais: «RELATÓRIO BAHINT SOBRE SIDERURGIA» — «PESQUISA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SOBRE A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO» (Mimeografado)

TOMO VI — DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 1 — Educação e Mão-de-Obra
- 2 — Cultura (Mimeografado)
- 3 — Saúde e Saneamento
- 4 — Previdência Social
- 5 — Habitação

Estudos Especiais: «ESTUDO ECONÔMICO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS» — «ESTUDO ECONÔMICO DAS FACULDADES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS» — «PESQUISA SOBRE ENSINO MÉDIO» (Mimeografado)

TOMO VII — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

- 1 — Diretrizes para a Formulação de uma Política de Desenvolvimento Regional do Governo Federal
- 2 — Regionalização dos Programas Industriais
- 3 — Centro-Sul como Região (Mimeografado)
- 4 — Desenvolvimento do Nordeste
- 5 — Desenvolvimento da Amazônia (Mimeografado)
- 6 — Política do Desenvolvimento Urbano

Estudos Especiais: «DELIMITAÇÃO DAS REGIÕES HOMOGÊNEAS» — «DELIMITAÇÃO DAS REGIÕES POLARIZADAS» (Mimeografado)

Índice

	Págs.
NOTA PRELIMINAR	9
I. CONCEPÇÃO E FINALIDADES DO PLANO DECENAL.	11
II. O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DO PÓS-GUERRA	17
II.1 — O Crescimento do Produto Real	17
II.2 — Composição da Despesa Interna Bruta	20
II.3 — O Comportamento da Relação Capital/Produto	25
II.4 — Evolução da População Ativa	27
II.5 — O Comportamento do Setor Público	28
II.6 — Aspectos Setoriais	32
II.7 — Problemas do Comércio Exterior	36
II.8 — O Problema Inflacionário	44
II.9 — O PAEG e a Estratégia de Transição	47
III. A ESTRATÉGIA GLOBAL DE CRESCIMENTO	53
III.1 — Metodologia para a Formulação	53
III.2 — A Função de Produção e os Requisitos de Formação de Capital	54
III.3 — Modelo de Projeção das Exportações e Importações..	56
III.4 — Projeções das Principais Contas do Setor Público....	63

III.5 — Testes de Viabilidade das Estratégias de Crescimento	65
III.6 — Estratégia Global de Crescimento para o Período 1967/1976	67
III.7 — Projeções Setoriais da População Economicamente Ativa e da Produtividade	72
III.8 — Comentários Sobre o Modelo Econométrico	73
IV. PRIORIDADE E ESTRATÉGIAS SETORIAIS DO DESENVOLVIMENTO	77
IV.1 — Objetivos, Prioridades e Políticas	77
IV.2 — O Programa Quinquenal de Investimentos — 1967/1971	86
IV.3 — Aspectos Institucionais	88

Nota Preliminar (*)

A presente versão do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, certamente preliminar, constitui um conjunto de documentos a nível técnico, a serem revistos, discutidos amplamente e, então, se aprovados, transformados em política de Governo. Duas observações se impõem.

Em primeiro lugar, não se trata de documento do Ministério do Planejamento. Esta série de estudos e programas foi *coordenada, e organicamente integrada*, pelo Ministério do Planejamento, notadamente (mas não exclusivamente) através do seu Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Representa, contudo, o resultado do esforço dos Grupos de Coordenação criados pelo Decreto nº 57.464, de 20-12-1965, os quais incluem representantes dos diversos Ministérios, de órgãos regionais e estaduais, e do Setor privado. Foi um trabalho a portas abertas, numa experiência sem dúvida digna de ser preservada.

Em segundo lugar, faz-se mister salientar, uma vez mais, que plano não é um documento, bom ou mau, que mais ou menos se executa. Antes disso, é um processo, que se desdobra nas fases de formulação, execução, acompanhamento de execução e revisão. Processo que estará bem servido com a institucionalização do mecanismo de planejamento já estabelecido pela Reforma Admi-

(*) As quantificações deste documento estão, em geral, em cruzeiros antigos (Cr\$): a mudança do padrão monetário já encontrou o trabalho de tal modo avançado que tentar a conversão significaria perda dos prazos de conclusão.

nistrativa, no qual os Ministérios e demais órgãos setoriais têm a responsabilidade direta por suas áreas e ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral cabe o programa global, nascido da integração e compatibilização dos programas setoriais e regionais.

A presente versão do Plano Decenal tem apenas a pretensão de ser um ponto de partida, como conjunto coerente de programas, para um esforço de aperfeiçoamento da política econômica. Esforço que se espera seja intensificado nos próximos anos, mediante troca de experiências entre os setores público e privado da economia brasileira.

A apresentação das diversas peças deste trabalho parte da existência dos Diagnósticos, publicados em versão mimeografada. Seguindo o roteiro de publicação, o Tomo I oferece a visão global do Plano, apresentando a estratégia geral de desenvolvimento e as prioridades setoriais. Iguualmente, inclui-se o programa de investimentos, para os setores público e privado (parcialmente), e a lista de principais projetos suscetíveis de financiamento nacional e internacional.

No Tomo II, as diversas políticas instrumentais — fiscal, monetária e do setor externo — são discutidas. O Tomo III cobre as áreas de Infra-Estrutura: Energia, Transportes e Comunicações, a receberem particular ênfase.

Tratamento demorado recebeu a política integrada de Desenvolvimento Agrícola e Abastecimento, no Tomo IV. O Desenvolvimento Industrial é focalizado no Tomo V, notadamente em relação às indústrias básicas.

Sendo indispensável a visão orgânica do desenvolvimento, apresentam-se em relêvo os programas sociais, abrangendo Educação, Habitação, Saúde-Saneamento e Previdência Social, objeto do Tomo VI.

Finalmente, a dimensão regional dos programas, certamente presente em todos os aspectos tratados anteriormente, recebe consideração demorada no Tomo VII, em que se cuidou não apenas da política em relação às diversas regiões como também da regionalização dos programas setoriais, notadamente em relação à indústria.

I. Concepção e Finalidades do Plano Decenal

O objetivo central deste Plano é o de permitir estabelecer as principais diretrizes da política de desenvolvimento econômico do Governo Federal para o período 1967/1976. Essas diretrizes têm como elementos normativos:

a) a programação da produção, do consumo e dos investimentos da União, de suas Autarquias, Empresas e Sociedades de Economia Mista, com a identificação das respectivas fontes de financiamento;

b) a definição dos critérios de ação indireta do Governo Federal através dos instrumentos institucionais de regulação econômica.

O primeiro desses itens corresponde ao programa de ação econômica direta do Governo Federal e das entidades sob seu controle, na produção de bens e serviços e na geração de renda e despesa. O segundo, à descrição dos mecanismos indiretos por meio dos quais o Governo pretende influir sobre as unidades de decisão descentralizada da economia — o setor privado e os Governos Estaduais e Municipais. O plano de ação direta se desenvolverá em pormenores para o quinquênio 1967/1971, com a especificação setorial dos orçamentos-programa, mas se limitará à fixação de certos indicadores gerais para o período 1972/1976.

Essa divisão se justifica naturalmente pelas dificuldades de previsão em economia, as quais prejudicam a validade das projeções para um futuro relativamente distante; de fato, a perspectiva apresentada para o quinquênio 1972/1976 destina-se apenas a fundamentar as decisões programadas para o quinquênio 1967/1971, principalmente nos setores onde os investimentos exigem prazos relativamente longos de maturação. Quanto aos instrumentos institucionais de ação indireta (política monetária, legislação econômica, etc.), o plano se limitará à descrição qualitativa dos critérios gerais de sua utilização, não pretendendo entrar em seus pormenores quantitativos. Trata-se, com efeito, de instrumentos de ação flexível a curto prazo, e que devem ser adaptados às variáveis conjunturais, não cabendo portanto a sua quantificação num plano de desenvolvimento a médio e a longo prazo.

Evidentemente os elementos normativos do Plano não representam objetivos econômicos naturais e por isso não devem ser tomados como variáveis exôgenas da política de desenvolvimento. Objetivos naturais podem ser a taxa de crescimento do produto real, a taxa de absorção da mão-de-obra, a atenuação das desigualdades distributivas, mas nunca o quanto o Governo e suas entidades irão investir em siderurgia e telecomunicações, ou o quanto se concederá de resdescontos à rede bancária. De fato a produção e os investimentos nos setores sob o controle do Governo devem programar-se em consonância com a demanda e com o crescimento da demanda que a economia venha a exercer sobre esses setores; esta, por sua vez, dependerá do crescimento da economia como um todo, da forma pela qual se venha a distribuir a renda e a despesa, e assim por diante; o crescimento da economia, por sua vez, depende de vários fatores parcialmente controláveis pelo Governo, como a capacidade de poupar, as limitações do balanço de pagamentos; e assim por diante. Existe, pois, um complexo de relações a serem observadas para que os elementos normativos de um plano de Governo se possam considerar economicamente coerentes.

As técnicas de planejamento econômico destinam-se precisamente a subordinar esses elementos normativos a determinados

objetivos naturais previamente fixados. A produção, os gastos, o investimento dos setores sob o controle do Governo passam a se apresentar como variáveis endógenas, calculadas em função dos objetivos gerais de desenvolvimento, e não apenas como um somatório descoordenado de programas setoriais. É claro que, para conseguir essa perspectiva ordenada, se faz mister estender a análise muito além dos elementos normativos sob o controle do Governo. Surgem aí os modelos econométricos de crescimento global, as projeções indicativas sobre o comportamento do setor privado, através dos quais se procuram calcular a produção e o investimento adequados aos setores sob o controle do Governo. Essa programação indicativa, presente em todo plano de desenvolvimento, tem sido a origem de freqüentes mal-entendidos que convém desfazer. A muitos causa estranheza o fato de o Governo programar o comportamento de elementos visivelmente fora de seu controle, e sujeitos a tantas influências imponderáveis, como a taxa de crescimento do produto real ou a produção de bens e serviços exclusivamente a cargo do setor privado. A resposta é que essas projeções não representam qualquer compromisso programático, mas simples expectativas tomadas como base de cálculo. É claro que essas projeções têm que ser entendidas com a devida flexibilidade, dadas as notórias dificuldades de previsão em economia. É claro também que o conteúdo prático do Plano se limita aos seus elementos normativos, diretamente sob o controle do Govêno. Acredita-se, todavia, que a política econômica resultante da aplicação desses elementos normativos possa ser muito mais eficiente se eles se subordinarem a determinados objetivos globais do que quando eles se apresentarem como simples decisões arbitrárias dos órgãos governamentais. Essa é a razão que recomenda o planejamento não só às economias centralizadas mas também àquelas onde grande parte da atividade econômica se exerce por meio da livre empresa.

Dentro dessa concepção de planejamento, o presente estudo se desdobrará nas seguintes etapas:

a) *Diagnóstico do comportamento global da economia brasileira no período de pós-guerra.* Nessa etapa se examinará a

evolução da economia brasileira desde 1947, identificando-se a composição do produto, da renda e da despesa, dos problemas de emprego e balanço de pagamentos, e assinalando-se as principais distorções associadas ao processo de crescimento;

b) *elaboração de um modelo global para a economia brasileira.* Nessa etapa se desenvolverá um modelo econométrico que identifique os fatores de crescimento da economia brasileira, salientando o papel da formação de capital e do progresso tecnológico, e indicando os limites impostos pela capacidade de poupança e pela possibilidade de endividamento externo;

c) *fixação dos objetivos básicos de crescimento.* Identificados os fatores determinantes do crescimento econômico, fixar-se-ão os objetivos básicos de crescimento da capacidade produtiva, de absorção de mão-de-obra, e de elevação da produtividade setorial, respeitadas as limitações reveladas pelo modelo global;

d) *apresentação dos diagnósticos e dos planos setoriais de desenvolvimento.* Nessa etapa se desenvolverá a análise do comportamento passado dos principais setores da economia brasileira, diagnosticando-se os problemas observados e estabelecendo-se os planos de ação para o futuro e os principais objetivos setoriais, em consonância com os objetivos básicos de crescimento;

e) *consolidação dos elementos normativos sob o controle do Governo.* Reunindo os planos setoriais de desenvolvimento, chegar-se-á à consolidação dos elementos normativos do Plano — os orçamentos básicos sob o controle do Governo Federal e a indicação das principais providências institucionais a serem implantadas. Essa consolidação será submetida aos necessários testes de compatibilidade com o modelo global de desenvolvimento, a fim de assegurar a sua coerência com os objetivos básicos de crescimento.

Dentro da concepção de que um Plano vale, pragmaticamente, pela implantação dos seus elementos normativos, o presente documento pretende estabelecer uma ponte natural entre o planejamento e a execução. Essa ligação se baseia na técnica dos Orçamentos-Programa, através dos quais os resultados dos

programas setoriais, após devidamente compatibilizados, se transformam em autorizações para as entidades sob o controle do Governo Federal. Espera-se que com essa ligação não só os programas se amoldem melhor às possibilidades de execução, mas também que esta passe a obedecer mais fielmente aos planos.

Por último, convém ressaltar que a técnica do planejamento envolve um contínuo esforço de aperfeiçoamento e de revisão. O presente documento já encerra alguns progressos metodológicos em relação às experiências anteriores de planificação, como a do Programa de Metas do período 1956/1960 e a do Programa de Ação Econômica do Governo para o período 1964/1966. Procurou-se subordinar o planejamento setorial a objetivos globais mais claramente concatenados do que no Programa de Metas e, ao mesmo tempo, aprofundar a análise setorial muito além do que continha o Programa de Ação para o triênio 1964/1966. Não obstante, há uma série de progressos que só poderão advir da continuada experiência de planejamento, quais sejam o aperfeiçoamento e a sistematização das fontes estatísticas de informação, o aperfeiçoamento dos diagnósticos e programas setoriais, o aprofundamento dos modelos de comportamento global, e o aprimoramento das técnicas de execução e controle. A presente versão preliminar, aliás, deverá ser brevemente revista em diversos pontos, já que os resultados dos testes de compatibilidade aplicados têm de ser detalhadamente examinados. Os problemas de compatibilidade serão explicitamente apontados no decorrer do texto, e sugerem certas modificações nos elementos normativos indicados. Acredita-se, todavia, que, apesar das imperfeições inerentes a uma versão preliminar, o presente documento já represente importante subsídio para a melhoria dos métodos de formulação de política econômica no Brasil.

II. O Comportamento da Economia Brasileira no Período de Pós-Guerra

II.1 — O Crescimento do Produto Real

Como é do conhecimento geral, o Brasil desenvolveu-se rapidamente entre 1947 e 1961, tendo o produto real total crescido à taxa média anual de 5,8% nesse período. Uma série de distorções políticas e econômicas provocou a interrupção desse crescimento a partir de 1962. Em 1963, o produto real por habitante chegou a cair de 1,6%. Com a ascensão do Governo Revolucionário, em abril de 1964, implantou-se uma política de austeridade, visando simultaneamente ao combate à inflação e à retomada do desenvolvimento econômico. O produto real, todavia, continuou crescendo a taxas não inteiramente satisfatórias em 1964 e 1965, devido às dificuldades naturais de um período de adaptação no qual se impunha, como prioridade cronológica, a redução do ritmo inflacionário.

O Quadro 1 a seguir resume as taxas médias de crescimento do produto real total e *per capita* entre 1947 e 1965. (Ainda não se dispõe de estimativas fidedignas para 1966). Os pormenores, ano a ano, dessa evolução são indicadas no Quadro 2.

QUADRO I

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL

PERÍODO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PRODUTO REAL TOTAL (%)	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PRODUTO REAL <i>per capita</i>
1947/1956.....	5,2	2,5
1957/1961.....	7,0	3,8
1962/1965.....	3,5	0,3
1966/1965.....	3,9	0,8

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Entre 1947 e 1956, o produto real total cresceu à taxa média de 5,2% ao ano, e o produto real *per capita* à de 2,5% anuais. Como em todo o período de pós-guerra, a tônica do crescimento foi a industrialização substitutiva de importações, na época concentrada principalmente na produção de bens-de-consumo e acessórios correspondentes. As principais distorções então associadas ao processo de crescimento foram os desequilíbrios no balanço de pagamento e o ritmo crescente da inflação — que de menos de 10% ao ano em 1947 subiu para cerca de 20% anuais no fim do período.

O quinquênio 1957/1961 representou a fase de crescimento mais rápida no pós-guerra, com o produto real total aumentando em média de 7,0% ao ano, e o produto real *per capita* de 3,8% ao ano. Esse foi o período do auge da industrialização do País — o produto industrial tendo crescido à taxa média de 11,4% ao ano. Nesse período, porém, agravaram-se os desequilíbrios de crescimento — com a crescente acumulação da dívida externa com prazo de vencimento relativamente curto, e com o recrudescimento da taxa de inflação, que, de cerca de 20% no início do quinquênio, subiu para quase 50% no seu último ano. Ao mesmo tempo surgiam distorções no setor agrícola, com a superprodução de café e a expansão insuficiente da produção de certas categorias de alimentos.

Em 1962, a taxa de crescimento do produto real caiu para 5,2%, e em 1963 não foi além de 1,6%. Nesse biênio o crescimento médio anual do produto real por habitante foi de apenas 0,3% — o que praticamente equivale à paralisação do desenvolvimento. Três principais fatores explicam os baixos índices de crescimento da época. Em primeiro lugar, perturbações climáticas que não só prejudicaram a produção agrícola, mas que também forçaram um racionamento de energia elétrica de consequências bastante negativas para a atividade industrial. Em segundo lugar, a intranquilidade político-social, resultante das sucessivas greves da xenofobia oficial, e das reiteradas ameaças de confisco à propriedade privada. Em terceiro lugar, a explosão inflacionária que conduziu a uma alta geral de preços da ordem de 80% em 1963. (*)

Os anos de 1964 e 1965 representaram um período de transição, em busca da austeridade econômica. Em 1964 a produção industrial cresceu de cerca de 5%, mas a produção agrícola permaneceu praticamente estagnada, em virtude das condições climáticas adversas; em parte, a baixa expansão da agricultura se deveu à queda da produção cafeeira — fato economicamente saudável, visto se tratar de mercadorias em superprodução. Em 1965, os resultados foram praticamente os opostos. O produto agrícola subiu bastante, por condições climáticas favoráveis; o produto industrial, todavia, caiu de 4,5%, em virtude da crise de estabilização verificada em meados do ano. Ao todo, o índice do produto real cresceu de 4,7%, embora tal cifra englobe uma componente otimista correspondente à superprodução de café.

(*) Diferentes explicações têm sido apresentadas para a queda do ritmo de desenvolvimento verificada em 62-63. O diagnóstico real deve ser suficientemente amplo para abranger um complexo de fatores, sociais, políticos e econômicos. As razões aqui apresentadas tiveram impacto mais imediato. A discussão dos fatores de mais longo prazo está contida no «Diagnóstico do Setor Industrial» (EPEA — mimeografado).

QUADRO 2
 PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE 1949

A N O	PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE 1949 (bilhões de cruzeiros)	TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL (%)	TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL <i>per capita</i> (%)
1947	186,3	1,8	—
1948	204,2	9,5	8,5
1949	215,6	5,6	2,5
1950	226,4	5,0	1,9
1951	238,0	5,1	2,1
1952	252,2	5,6	2,5
1953	260,1	3,2	0,2
1954	280,4	7,7	4,6
1955	290,2	6,8	3,6
1956	304,3	1,9	1,1
1957	328,3	6,9	3,8
1958	346,8	6,6	3,5
1959	374,8	7,5	4,2
1960	401,5	6,7	3,5
1961	428,0	7,3	4,1
1962	447,8	5,4	2,2
1963	484,9	1,6	1,6
1964	460,0	3,1	0
1965	491,9	4,7	1,6

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

II.2 — Composição da Despesa Interna Bruta

Visto sob o ângulo da despesa, o produto interno bruto a preços de 1949 se desdobrou na forma indicada no Quadro 3, ao longo do período 1947/1964. O quadro indica os componentes da despesa, de acordo com a equação contábil:

$$Y = C + G + I + X - M$$

onde:

Y = produto interno bruto (igual a despesa interna bruta)

C = consumo pessoal

G = consumo do governo

I = formação bruta de capital (no quadro desdobrada em formação bruta de capital fixo (I*) e variação de estoques (I-I*))

X = exportação de mercadorias e serviços

M = importação de mercadorias e serviços

É interessante examinar a evolução de cada uma dessas componentes como percentagem do produto interno bruto. O Quadro 4 mostra essas percentagens, para as quais valem as seguintes observações:

C

- a) $\frac{C}{Y}$: o consumo pessoal, em proporção do produto interno

bruto, declinou sensivelmente ao longo do período 1947/1964. A percentagem máxima observada foi de 76,5% em 1947, e a mínima de 66,2% em 1963. Três fatores explicam essa queda percentual: em primeiro lugar, o próprio processo de desenvolvimento econômico, já que, como habitualmente ocorre, a propensão marginal a consumir parece ter sido inferior à propensão média; em segundo lugar, o aumento da carga tributária, em proporção do produto total, o que fez decrescer a relação entre renda disponível e produto bruto; em terceiro lugar, o mecanismo de poupança forçada induzido pela inflação ou, talvez, pela aceleração do ritmo inflacionário. Os estudos econométricos tendem a confirmar a pre-

C

sença desses três fatores na causação do declínio da relação $\frac{C}{Y}$

G

- b) $\frac{G}{Y}$: Em relação ao produto interno bruto, o consumo do

Govêrno cresceu apreciavelmente ao longo do período, desde o mínimo de 10,7% em 1947 até o máximo de 16,5% em 1963. Em parte êsse crescimento se pode explicar pelo fato de a demanda de serviços prestados pelo Govêrno ser elástica em relação à renda, como se infere da experiência internacional. Também em parte êle deve ter sido devido a fatores políticos;

I*

- c) $\frac{I^*}{Y}$: a preços constantes, as taxas médias de formação de

capital fixo oscilaram levemente em tórno das seguintes médias:

Período	Taxa média de investimentos fixos
1947-1950	15,3%
1951/1954	20,5%
1955/1964	18,4%

O substancial aumento da taxa de formação de capital fixo a partir de 1951 explica-se por dois fatores: em primeiro lugar pela compressão relativa do consumo pessoal (em percentagem do produto interno bruto), cujas causas já foram apontadas. Em

M

segundo, pelo aumento da relação — entre o *quantum* de importa-

X

ções e o de exportações — aumento êsse propiciado pelos melhores índices de relações de trocas e pelo crescente endividamento externo. Deve-se observar que a média bastante elevada do período 1951/1954 corresponde ao relaxamento dos controles de importação da CEXIM no biênio 1951/1952.

I — I*

d) $\frac{\text{---}}{\text{Y}}$: entre 1947 e 1950 houve declínio absoluto de

estoques, em parte devido aos rígidos controles de importação aplicados na época. Com o relaxamento desses controles, a formação de estoques parece ter-se acelerado consideravelmente entre 1951 e 1954. A partir de 1955, a percentagem da despesa interna bruta destinada à formação de estoques tem oscilado em tórno da média de 1,2%, na qual está embutida a compra de excedentes de café pelo Governo;

X

e) —: em percentagem do produto bruto, as exportações a

Y

preços de 1949 declinaram consideravelmente ao longo do período, de 11,0% em 1947 para 4,8% em 1964. Isso significa que o *quantum* de exportações cresceu bem mais lentamente do que o produto real, o que se pode atribuir à baixa elasticidade-renda

da demanda externa de produtos primários e à falta de estímulos às exportações. A economia pôde suportar tal declínio em virtude da melhoria de relações de trocas durante a década de 1950 e por causa da política de substituição de importações. Não obstante, a falta de estímulo às exportações custou o endividamento externo desordenado, que tantas dificuldades trouxe ao País no início da década de 1960;

M

f) — : em percentagem do produto interno bruto as importações, a preços de 1949, oscilaram em tórno das seguintes médias:

<i>Período</i>	<i>Coefficiente médio de importação</i>
1947/1950	10.9%
1951/1954	13.3%
1955/1960	8.7%
1961/1964	7.2%

Ao longo do período, observa-se certa tendência à queda de coeficiente de importações, o que naturalmente se explica como resultado da política de substituição de importações. O aumento do coeficiente no período 1951-1954 explica-se facilmente pelo excepcional relaxamento dos contróles de importação (sobretudo em 1951 e 1952) tão ativamente aplicados nos anos precedentes. Deve-se notar todavia que, ao longo dos dezoito anos cobertos pelas estatísticas, a queda do coeficiente de importação foi relativamente lenta. Isso não é incompatível com a substituição de importações — os produtos possuíam alta elasticidade-renda, e, se não fôsse a industrialização, ao invés do lento declínio se teria assistido à enorme expansão do coeficiente de importações (desde que o crescimento do país não fôsse paralisado pelo estrangulamento do balanço de pagamentos). Por outro lado, a própria substituição de importações gera compras no exterior: é preciso importar máquinas para fabricar os bens que antes eram importados. Nos últimos anos (particularmente em 1965 e 1966, não cobertos nos quadros em análise), o coeficiente de importação se reduziu mais sensivelmente. Tal ocorrência se deve em parte à maturação de muitos dos esforços de substituição realizados na década passada; mas também se deve, em parte, ao declínio do ritmo de desenvolvimento econômico.

QUADRO 3
ESTIMATIVA DA DESPESA A PREÇOS CONSTANTES

(Em bilhões de cruzeiros de 1949)

A N O	C CONSUMO PESSOAL	G CONSUMO DO GOVERNO	I ^a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	I - I ^a VARIAÇÃO DE ESTOQUES	X EXPORTA ÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	M IMPORTA ÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	Y DESPESA INTERNA LÍQUIDA
1949	149,6	20,0	28,1	- 3,1	20,5	21,6	166,3
1948	152,0	23,8	28,3	- 0,6	22,3	21,4	204,2
1947	60,6	22,2	32,3	- 4,1	21,6	22,0	214,6
1946	120,5	28,6	30,0	- 4,1	19,5	25,2	226,4
1945	120,6	20,6	29,3	6,5	19,1	19,0	236,0
1944	128,0	32,3	26,0	2,1	16,1	18,4	252,0
1943	128,2	30,2	26,1	1,5	10,3	24,2	260,1
1942	182,0	32,8	26,2	8,4	22,3	17,2	280,4
1941	212,0	40,5	26,6	4,0	12,2	26,6	295,2
1940	208,5	44,2	24,0	5,5	10,1	28,2	304,3
1939	223,5	26,0	21,3	6,6	12,6	20,6	325,3
1938	242,6	22,2	22,5	- 0,1	16,0	10,1	326,5
1937	260,0	21,2	22,6	3,2	21,1	13,2	324,5
1936	222,8	21,8	22,7	2,2	21,2	12,2	401,5
1935	222,8	66,6	24,2	5,1	23,5	12,2	426,0
1934	248,3	20,4	23,2	2,3	21,6	13,0	422,8
1933	301,1	25,2	24,6	4,0	25,2	16,2	454,9
1932	318,1	23,4	25,2	8,5	22,4	29,1	460,0

QUADRO 4
COMPOSIÇÃO DA DESPESA A PREÇOS DE 1949

(Porcentagens da despesa interna líquida)

A N O	CONSUMO PESSOAL	CONSUMO DO GOVERNO	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	VARIAÇÃO DE ESTOQUES	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL	EXPORTA ÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	IMPORTA ÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
	$\frac{C}{Y}$	$\frac{G}{Y}$	$\frac{I^a}{Y}$	$\frac{I - I^a}{Y}$	$\frac{I}{Y}$	$\frac{X}{Y}$	$\frac{M}{Y}$
1949	26,5	10,7	15,1	- 1,2	13,4	11,0	11,6
1948	22,4	11,2	13,0	- 0,4	13,5	10,0	10,5
1947	24,5	10,6	15,0	- 1,9	13,1	10,0	10,2
1946	25,4	12,6	12,2	- 1,5	15,4	2,9	11,3
1945	21,7	12,4	22,0	2,6	24,6	8,0	16,2
1944	21,0	15,5	22,2	5,5	26,0	6,4	15,2
1943	66,2	15,1	12,2	0,6	18,3	2,4	9,5
1942	65,0	13,6	20,2	3,0	23,2	8,0	11,2
1941	21,2	12,5	16,9	1,3	18,2	5,9	8,8
1940	62,6	14,2	16,0	1,8	19,8	6,3	8,4
1939	68,2	14,4	18,8	1,0	20,7	6,8	9,3
1938	21,3	12,8	18,2	0,0	18,2	4,8	8,6
1937	60,4	12,8	10,2	0,5	20,0	6,6	8,5
1936	62,5	16,3	10,3	0,2	20,0	5,3	8,1
1935	65,4	15,2	10,0	1,2	21,1	5,5	2,2
1934	66,6	18,2	15,6	1,6	20,2	4,8	2,3
1933	66,2	16,5	19,6	0,0	19,5	5,6	2,2
1932	62,8	15,2	16,1	1,8	12,0	4,8	6,2

Fonte: Quadro III.

II.3 — O Comportamento da Relação Capital/Produto

Não existem estimativas diretas para o estoque de capital do Brasil. Como no período 1947-1964 a formação bruta de capital representou, em média, 19,0% do produto interno bruto e, como nesse período, a taxa de crescimento do produto real foi, em média, de 5,7% ao ano, conclui-se que a relação bruta incremental capital/produto terá sido igual a 3,33. Admitindo-se como no cálculo das contas nacionais da Fundação Getúlio Vargas, que as depreciações representam 5% do produto, a relação líquida incremental capital/produto teria sido, em média, igual a 2,46, no período 1947-1964 (a preços de 1949).

O presente plano se servirá da estimativa indireta de estoque de capital apresentado no Quadro 5. Tal estimativa foi construída tomando por base uma relação média capital/produto igual a 2,0 no início de 1947, admitindo em cada ano uma taxa de depreciação de 2,5% do capital existente, e acumulando os dados de formação bruta de capital já apresentados no Quadro 3.

Tanto as estimativas dos valores incrementais quanto dos médios indica que o Brasil pôde contar, no passado, com uma excelente relação capital/produto. Vários fatores explicam esse elevado índice de produtividade do capital. Em primeiro lugar, a natureza extensiva da expansão agrícola, a qual permitia o aumento da produção com investimentos muito reduzidos. Em segundo lugar, a ênfase na industrialização substitutiva de importações, a qual concentrou vultosos investimentos em setores de baixa relação capital/produto. Por último, o descaso a que se relegaram certos investimentos sociais, como em habitação, abastecimento d'água e rede de esgotos, e o atraso em que se deixaram vários serviços, como os de telecomunicações e distribuição de energia elé-

trica, aliviou a pauta de investimentos de vários itens de pesada relação capital/produto; isso elevou a produtividade aparente a curto prazo da formação de capital, embora à custa da acumulação de distorções para serem resolvidas no futuro.

É de se pôr em dúvida a possibilidade de o país contar com as mesmas facilidades de relação capital/produto no próximo decênio. As possibilidades de expansão extensiva da agricultura talvez não sejam tão vastas, os horizontes de substituição de importações são certamente mais reduzidos, e não se justifica a persistência de um enorme *deficit* de habitações e serviços básicos. Julgou-se, por isso, prudente basear este plano num modelo que previsse a alta gradativa da relação capital/produto ao longo do próximo decênio. A função Cobb-Douglas inserida no modelo econométrico do capítulo III atende a êsse requisito.

QUADRO 5

ESTOQUE DE CAPITAL E RELAÇÃO MÉDIA CAPITAL/PRODUTO

A N O S	ESTOQUE DE CAPITAL NO INÍCIO DE ANO A PREÇOS DE 1940	RELAÇÃO MÉDIA CAPITAL/PRODUTO (A PREÇOS DE 1940)
1947	372,6	2,00
1948	387,0	2,00
1949	405,7	2,00
1950	423,8	2,00
1951	448,1	2,00
1952	465,6	2,02
1953	486,7	2,11
1954	510,1	2,08
1955	530,7	2,12
1956	569,5	2,21
1957	713,2	2,30
1958	763,3	2,21
1959	800,0	2,18
1960	861,0	2,18
1961	922,7	2,17
1962	980,4	2,22
1963	1 055,2	2,32
1964	1 112,4	2,38
1965	1 173,7	2,38

Fonte: Quadros 2 e 3.

II.4 — Evolução da População Ativa (*)

O Censo Demográfico Preliminar de 1960 fornece as seguintes estimativas para a população ativa, de 10 anos e mais, em 1940, 1950 e 1960:

QUADRO 6
PESSOAS ATIVAS DE 10 E MAIS ANOS

RAMO DE ATIVIDADE	(milhões)		
	1940	1950	1960
Primário.....	9,5	6,0	11,7
Secundário.....	1,8	2,7	3,4
Terciário.....	3,2	4,5	7,5
TOTAL.....	14,5	17,1	22,6

Fonte: Censo Demográfico Preliminar, IBGE, 1960

Com base nessas estimativas, obteve-se, por interpolação e extrapolção, a série da população ativa constante do Quadro 7. Trata-se de estimativas algo discutíveis, devido às dificuldades de se conceituar com precisão o que seja população ativa. Em todo o caso, isso é tudo com o que se pode contar no momento para o dimensionamento da força de trabalho do país.

QUADRO 7
PESSOAS ATIVAS DE 10 E MAIS ANOS

A N O S	PESSOAS ATIVAS
1942.....	15,4
1948.....	16,5
1950.....	16,5
1960.....	17,1
1951.....	17,3
1952.....	16,7
1953.....	16,4
1954.....	16,2
1955.....	16,0
1956.....	20,0
1957.....	20,4
1958.....	21,4
1959.....	22,1
1960.....	22,6
1961.....	23,3
1962.....	23,6
1963.....	24,2
1964.....	25,2
1965.....	26,0

Fonte: Quadro 6

(*) Ver, a propósito, o «Diagnóstico do Emprego de Mão-de-Obra» — (EPEA — mimeografado).

II.5 — O Comportamento do Setor Público (*)

Do ponto de vista agregativo, cinco indicadores percentuais podem ser utilizados para a caracterização do papel do Governo na

geração de Renda e despesa em uma economia: a relação $\frac{T}{Y}$ entre

Impostos e produto interno bruto; a percentagem $\frac{T^*}{Y}$ dos impostos,

mais outras receitas correntes do Governo, menos subsídios e trans-

ferências sôbre o produto; a relação $\frac{C}{Y}$ entre consumo do Go-

vêrno e produto interno bruto; a relação $\frac{S_g}{Y}$ entre poupança do

Govêrno e produto interno bruto; e a relação $\frac{I_g}{I}$ entre investimen-

tos do Govêrno e investimento total.

O Quadro 8 apresenta a evolução dessas percentagens no período 1947-1964 para a consolidação dos três níveis de Govêrno. Como se observa, a carga tributária elevou-se consideravelmente ao longo do período — de 14,7% em 1947 para 23,3% em 1964;

(*) Examinar o «Diagnóstico do Setor Público» (EPEA — mimeografado).

isso se explica pelas sucessivas mudanças de legislação com o aumento das incidências de impostos. Bem menos acentuado foi o

T*

crescimento da relação — entre a receita líquida do Governo e
Y

o P.I.B.; tal percentagem cresceu de 14,9% em 1947 para 20,5% em 1960, mas daí caiu para 16,1% em 1964, tal queda se explicando pelo considerável aumento das transferências e subsídios. O consumo do Governo cresceu acentuadamente durante o período, conforme já se discutiu na seção 2.2. A poupança governamental evoluiu de forma bastante irregular, tendo sido muito reduzida nos últimos anos, devido à queda da receita líquida e ao simultâneo aumento dos gastos de consumo. Quanto à percentagem dos investimentos do Governo no total da formação de capital, ela se expandiu sensivelmente a partir de meados da década de 1950. Deve-se notar que a estimativa em questão engloba apenas os investimentos das administrações centrais e das autarquias federais e estaduais. Os das sociedades de economia mista, nas quais o Governo é majoritário, apesar de muito ponderáveis nos últimos anos, não entram na estimativa.

O Quadro 9 apresenta a conta consolidada de capital para o setor público, no período 1947-1964. Salvo nos dois primeiros anos, em que a poupança excedeu o investimento, o setor público foi continuamente deficitário. Com efeito, os investimentos ascenderam progressivamente em termos reais, enquanto as poupanças oscilavam irregularmente, e caíam nos últimos anos. Entre 1961 e 1964 as percentagens dos *deficits* em relação ao P.I.B. foram particularmente elevados. De fato, tais *deficits* constituíram um dos mais graves focos de pressão inflacionária durante esses anos.

QUADRO 8
INDICADORES DO COMPORTAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(Porcentagens)

A N O	$\frac{T}{Y}$	$\frac{T^*}{Y}$	$\frac{G}{Y}$	$\frac{Sg}{Y}$	$\frac{I_g}{I}$
1949	14,7	14,9	10,7	4,2	12,8
1948	15,2	15,7	11,2	4,0	21,0
1949	16,8	16,7	12,6	4,1	33,7
1950	15,7	15,4	12,6	2,8	30,0
1951	12,6	17,1	12,4	4,7	22,0
1952	12,6	16,4	12,8	3,6	28,8
1953	12,0	16,1	15,1	1,0	24,1
1954	18,8	17,1	13,5	3,6	19,0
1955	12,4	16,4	13,5	1,9	20,0
1956	18,7	15,4	14,2	0,2	20,8
1957	15,3	15,9	14,4	1,5	32,3
1958	21,8	18,1	13,8	4,3	37,8
1959	22,6	18,4	13,8	4,6	29,5
1960	22,6	20,5	15,3	5,7	35,3
1961	21,6	17,4	16,2	1,7	28,5
1962	21,2	15,9	16,2	0,7	35,4
1963	22,1	12,9	16,5	0,7	28,5
1964	23,3	16,1	15,7	0,4	33,2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

T: Impostos diretos e indiretos.

*T**: Impostos diretos e indiretos, mais outras receitas correntes do Governo, menos subsídios e transferências.

G: Consumo do Governo.

Sg: *T** - *G* = poupança do Governo.

Ig: Investimentos do Governo (a preços constantes de 1949).

I: Produto interno bruto.

I: Formação bruta de capital (a preços de 1949).

Quadro 9

FORMAÇÃO DE CAPITAL E DEFICIT DO GOVERNO

(Bilhões de cruzeiros)

ANO	CRUZEIROS CORRENTES				CRUZEIROS DE 1949				PERCENTAGEM DEFICIT/P.I.F. (%)
	VARIAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	VARIAÇÃO DE PRODUTOS	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL TOTAL	DEFICIT	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	VARIAÇÃO DE ESTOQUES	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL TOTAL	POURBAÇA	
1942	4,5	0,	4,56	- 2,30	4,45	0,	4,45	7,73	- 3,28
1943	2,0	0,	2,00	0,50	6,66	0,	6,66	8,90	- 1,60
1944	0,5	0,	5,56	0,70	9,80	0,	9,80	8,90	0,70
1945	11,7	0,	11,70	4,80	13,60	0,	13,60	0,17	7,43
1946	12,3	0,	12,30	5,20	12,87	0,	12,87	11,19	1,78
1947	14,3	5,18	15,48	6,05	14,74	3,45	15,16	8,80	5,63
1948	18,1	1,12	13,58	6,78	12,48	1,44	11,54	2,89	8,91
1949	20,8	1,18	16,62	0,38	12,92	0,	12,92	10,00	2,50
1950	22,3	1,40	20,90	2,70	11,98	0,	11,98	10,00	0,0
1951	26,8	0,11	26,65	10,65	19,85	0,	19,85	5,07	5,16
1952	47,4	2,82	40,32	34,72	21,02	0,	21,02	2,40	10,15
1953	68,5	0,18	68,32	10,85	51,90	0,	51,90	4,78	17,15
1954	84,5	4,38	88,55	10,85	54,84	0,	54,84	15,17	9,35
1955	120,5	5,26	121,76	21,35	21,35	0,	21,35	17,15	4,02
1956	170,0	8,51	171,11	5,60	22,69	0,	22,69	20,68	7,21
1957	219,0	25,28	240,11	116,11	28,01	0,	28,01	28,85	18,28
1958	440,0	50,71	490,81	350,81	30,33	0,	30,33	0,78	31,33
1959	900,0	77,41	951,01	404,81	51,52	1,60	50,87	9,65	20,69
1960				850,51	50,50	1,60	49,00	2,95	21,71

Fonte: Contas Nacionais, Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas.

II.6 — Aspectos Setoriais (*)

Entre 1948 e 1964, foram as seguintes as taxas médias de crescimento do produto real por setores:

QUADRO 10
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL POR SETORES

SETOR	1948/1964		
	1948/1956	1957/1961	1962/1964
Setor primário	3,9	5,8	2,6
Setor secundário	8,7	11,4	4,8
Setor terciário	5,6	7,0	3,3
TOTAL	5,6	7,0	3,3

Fonte: Calculado a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas.

Essas cifras deixam patente que o crescimento econômico brasileiro no pós-guerra teve como principal impulso a industrialização substitutiva de importações. O crescimento industrial se manteve intenso entre 1948 e 1956, atingiu o auge entre 1957 e 1961, mas arrefeceu substancialmente.

As taxas de crescimento da produção agrícola foram bem menores que as da produção industrial em todo o período. Qualitativamente se trata de um hiato natural, já que a demanda de produtos agrícolas é menos elástica em relação à renda do que a de produtos industriais, e já que o desenvolvimento foi basicamente impulsionado pela substituição de importações de manufaturas. Quantitativamente, porém, tudo indica que a agricultura cresceu menos do que seria indicado para um desenvolvimento equilibrado da economia brasileira (**). Entre 1947 e 1956 e entre 1962 e 1964, as taxas de crescimento da produção agrícola foram reduzidas, em comparação com a explosão populacional. Entre 1957 e

(*) Convém ver, a propósito, a série de Diagnósticos do FPPA, parte integrante do presente Plano.

(**) Há evidência de haver o Setor Agrícola, em geral, desempenhado as funções tradicionais que lhe cabem no processo de desenvolvimento, exceto quanto a aspectos regionais e a certas categorias de alimentos. Trata-se, porém, de conceber uma estratégia de desenvolvimento em que indústria e agricultura, ambas dinâmicas, se estimulem e apoiem um ao outro.

1961 a taxa média foi bastante elevada para o setor primário — 5,8% ao ano — mas essa média oculta alguns desequilíbrios intra-setoriais. De fato, nesse período se expandiu bastante a produção agrícola destinada ao consumo industrial e à exportação (inclusive com a superprodução de café), mas o crescimento da produção de alimentos, à média de 3,8% ao ano, foi insuficiente diante do aumento populacional (3,1% ao ano) e do crescimento do produto real *per capita*. Dentro desse quadro, foi particularmente lenta a expansão da produção animal.

Qualitativamente, a industrialização substitutiva de importações parece ter sido o caminho natural para o desenvolvimento do país, diante da baixa elasticidade da demanda externa pelos nossos produtos de exportação. Não fôsse a industrialização, o crescimento logo teria sido interrompido pelo estrangulamento do balanço de pagamentos. Todavia, descendo aos pormenores, vários desequilíbrios parecem ter surgido à margem da política de desenvolvimento. Sem contar a inflação, que será objeto de análise à parte, vale mencionar os seguintes:

a) *O desestímulo às exportações* — Se é indiscutível que a expansão das exportações brasileiras não poderia estender-se ao ponto de dispensar a industrialização, também é certo que muitas das possibilidades potenciais de exportação deixaram de ser aproveitadas. Isso ocorreu particularmente devido à manutenção, por longos períodos, de taxas de câmbio irrealistas.

b) *O excessivo protecionismo a determinados setores industriais* — A preocupação em fomentar a implantação de novas indústrias, de maneira indiscriminada, freqüentemente levou a exageros de protecionismo pelos mais variados mecanismos cambiais e aduaneiros. Como as novas indústrias geralmente se organizavam em estruturas oligopolísticas, o superprotecionismo muitas vezes conduziu à baixa produtividade e à defeituosa alocação de recursos.

c) *O negligenciamento do setor agrícola* — Como já se assinalou, o crescimento da produção agrícola apresentou certos problemas, particularmente no caso de outras categorias de gêneros alimentícios. De fato, a tecnologia agrícola permaneceu quase estagnada ao longo do período de após-guerra, com muito pequeno aumento dos rendimentos médios por hectares — a expansão da produção correndo sobretudo por conta da ampliação das áreas cultivadas, o que, em certa medida, se justificava em termos econômicos, dadas as condições da época.

d) *As deficiências de infra-estrutura* — Vários dos setores básicos da economia deixaram de se desenvolver no ritmo necessário durante os últimos vinte anos. Os programas de eletrificação, embora obedecendo a uma política enfática de investimentos em geração, em várias épocas se atrasaram relativamente ao mercado, provocando período de crise e de racionamento. Os programas de distribuição de energia foram relegados a segundo plano, deixando de fornecer o necessário complemento aos de geração. Certos serviços, como os de telecomunicações, foram totalmente deixados no descaso, com a acumulação de incríveis *deficits* de suprimento, e com a gradativa deterioração da qualidade dos serviços; a situação dos transportes deteriorou-se, em geral.

e) *O deficit dos investimentos sociais* — A inflação e as altas taxas de crescimento demográfico provocaram a substancial deficiência no volume de investimentos sociais. A mais grave dessas distorções foi a acumulação de enorme *deficit* habitacional.

Atrasaram-se também os serviços de abastecimento d'água e a construção de redes de esgotos. Também os resultados da política educacional ficaram aquém das expectativas, particularmente pela deficiência quantitativa do ensino técnico.

É importante examinar a evolução do emprego e da produtividade nos setores primário, secundário e terciário. De acordo com os resultados preliminares do censo de 1960, as taxas de cresci-

mento da população ativa nesses três setores, entre 1940 e 1950 e entre 1950 e 1960, foram as seguintes:

QUADRO 11
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA POPULAÇÃO
ECONÔMICAMENTE ATIVA

(% ao ano)

SETOR	1940/1950	1950/1960	1940/1960
Primário.....	1,3	1,7	1,5
Secundário.....	5,0	2,4	5,7
Terciário.....	2,2	5,1	3,7
TOTAL.....	2,0	2,8	2,4

Fonte: Censo Demográfico Preliminar, 1960.

Combinando êsses dados com os índices do produto real por setores calculados pela Fundação Getúlio Vargas, chega-se às seguintes estimativas para as taxas setoriais de crescimento da produtividade:

QUADRO 12
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL DO PRODUTO POR PESSOA
ECONÔMICAMENTE ATIVA

(% ao ano)

SETOR	1940/1950	1950/1960	1940/1960
Primário.....	2,5	2,6	2,6
Secundário.....	2,5	6,2	4,3
Terciário.....	3,2	0,6	1,3
TOTAL.....	3,5	2,8	2,3

Êsses dados nos levam às seguintes principais observações sobre o comportamento do emprêgo e da produtividade, no período 1940-1960;

a) O emprêgo na agricultura cresceu a taxas bem menores que as da média da população ativa, dentro do processo natural de migração da mão-de-obra dos campos para as cidades num período de desenvolvimento; as taxas de crescimento da produtividade na agricultura foram razoáveis: 2,5% ao ano entre 1940 e 1950 e 2,6% entre 1950 e 1960;

b) O emprego na indústria cresceu rapidamente entre 1940 e 1950 (5,0% ao ano) mas apenas lentamente (2,4% ao ano) entre 1950 e 1960. Com a produtividade verificou-se a tendência oposta: a taxa de crescimento, de 2,5% a.a. entre 1940 e 1950 subiu para 6,2% a.a. entre 1950 e 1960. Tendo em vista que o setor secundário liderou o processo de desenvolvimento na década passada, a taxa de absorção de mão-de-obra, de apenas 2,4% ao ano, é de se considerar bastante lenta. Tal se explica por três fatores: pela estrutura «capital-intensiva» das novas indústrias que se implantavam no país, pelo lento crescimento das indústrias que empregavam grandes contingentes de trabalho, e pelos incentivos à substituição de trabalho por capital, oriundos da política salarial, dos encargos trabalhistas, do artificialismo das taxas de juros, e dos favores cambiais às importações de equipamentos;

c) O crescimento da população ativa no setor terciário foi extremamente intenso entre 1940 e 1950 (5,1% ao ano), mas com queda de produtividade. Isso sugere a ocorrência de desemprego disfarçado no setor urbano — ter-se-ia abrigado no setor terciário, com muito baixa eficiência, um apreciável contingente de mão-de-obra que não conseguia emprego mais produtivo. A lenta absorção de trabalho na indústria certamente muito teve a ver com esse comportamento do emprego e da produtividade nos serviços.

II.7 — Problemas de Comércio Exterior

Desde o término da Segunda Guerra Mundial até 1963, o Brasil enfrentou o crescente desequilíbrio de seu comércio com o exterior, com a acumulação de substancial dívida externa a prazo curto de vencimento. A principal origem desse *deficit* já foi apontada na seção 2.2: o crescimento excessivamente lento do *quantum* de exportações, mesmo diante de uma política de intensa substituição de importações. Em meados da década de 1950 esse desequilíbrio pôde ser compensado pela melhoria de relações de troca, em grande parte associada ao auge internacional dos

preços de café. As dificuldades, todavia, iriam agravar-se a partir de 1957, quando as relações de intercâmbio começaram a se tornar menos favoráveis para o Brasil.

O Quadro 13 mostra a evolução do Balanço de Pagamentos do Brasil de 1947 a 1964. As características gerais são as de uma nação subdesenvolvida em expansão: uma balança comercial geralmente superavitária (exportações menos importações); serviços sistematicamente deficitários; um balanço de transações correntes (mercadorias, serviços e donativos), também deficitário, caracterizando o recebimento de poupanças externas; um afluxo positivo de capitais autônomos, mas insuficiente para cobrir o *deficit* das transações correntes.

É interessante examinar a evolução, por períodos, dos principais componentes do balanço de pagamentos. Resumindo os totais do Quadro 13 chegamos às seguintes médias anuais (em milhões de dólares):

	1947/1950	1951/1954	1955/1960	1961/1963
Balanço Comercial.....	247	89	163	45
Serviços.....	— 298	— 437	— 400	— 385
Transações correntes.....	— 88	— 348	— 248	— 313
Capitais autônomos.....	11	74	173	194
Superavit ou deficit (—).....	— 82	— 274	— 157	— 186

No período 1947-1950, a balança comercial se manteve fortemente superavitária — 247 milhões de dólares por ano, em média — devido, sobretudo, à repressão das importações praticada pela CEXIM. O *deficit* de serviços foi apenas levemente maior que o *superavit* comercial, resultando um moderado *deficit* de transações correntes, em média de 58 milhões de dólares anuais. O País teve que enfrentar no período alguma saída de capitais autônomos, à média de 11 milhões de dólares por ano, e o balanço total foi um *deficit* médio anual de 57 milhões de dólares.

No período 1951-1954, a balança comercial caiu sensivelmente, passando à média de 89 milhões de dólares anuais. As exportações aumentaram em virtude da melhoria de relações de trocas, mas as importações cresceram ainda mais, atingindo

níveis excepcionais em 1951 e 1952, época em que a CEXIM afrouxou seus contrôles temendo que a guerra da Coréia se alastrasse num conflito mundial. O *deficit* de serviços aumentou bastante — para 432 milhões de dólares anuais em média devido, principalmente, aos maiores gastos de transporte associados às elevadas importações do período. O *deficit* de transações correntes, de 349 milhões de dólares anuais em média, só foi coberto em pequena parte pelo ingresso de capitais autônomos, restando um *deficit* total médio de 274 milhões de dólares anuais — o mais alto índice de desequilíbrio registrado no período de pós-guerra.

Entre 1955 e 1960, a balança comercial voltou a melhorar, devido, principalmente, à redução do valor das importações. Aumentou, também, consideravelmente o ingresso de capitais autônomos, de empréstimos e de risco. O *deficit* final foi, em média, de 122 milhões de dólares anuais.

Entre 1961 e 1963, voltaram a piorar as condições do balanço, em virtude de queda na balança comercial. O *deficit* médio anual do período subiu a 186 milhões de dólares.

Os sucessivos *deficits* em conta corrente, naturalmente, provocaram o substancial endividamento externo do País. Como se vê no Quadro 14, entre 1957 e 1963, o total da dívida externa do Brasil se elevou de 1.667 para 3.167 milhões de dólares. Deve-se notar que o problema realmente grave não era o aumento da dívida, mas a sua composição. Um país subdesenvolvido deveria normalmente contar com o afluxo de poupanças externas e, portanto, apresentar um balanço de pagamentos deficitário em conta corrente. A questão é que o *deficit* em conta corrente apenas em pequena parte foi financiado pelo ingresso de capitais autônomos. A maior parte foi coberta por financiamentos compensatórios, diminuição de haveres no exterior, «swaps», e até por atrasados comerciais em 1963 e 1964. O resultado foi uma dívida externa tolerável, no seu montante global, mas absolutamente insuportável nos seus prazos de vencimento.

Grande parte do esforço desenvolvido pelo atual Governo concentrou-se na melhoria de nossa balança de pagamentos.

A primeira providência foi a modificação do regime cambial, eliminando-se os subsídios e artificialismo das taxas múltiplas, e estabelecendo taxas capazes de estimular as exportações e conter as importações. A segunda consistiu na eliminação dos entraves que desde 1962 se opunham à movimentação de capitais estrangeiros. A terceira foi a obtenção de vultosa ajuda externa junto às agências internacionais de financiamento, visando particularmente ao reescalonamento dos prazos de vencimento da dívida.

Os resultados conseguidos foram bastante auspiciosos, em termos de correção a curto prazo dos desequilíbrios. As exportações aumentaram e caíram as importações. Ao invés dos tradicionais *deficits*, o balanço de pagamentos exibiu *superavits* de 40 milhões de dólares em 1964 e 131 milhões em 1965. Além disso o país contou com apreciáveis empréstimos de regularizaçãc, podendo, assim, aumentar seus haveres no exterior de 186 milhões de dólares em 1964 e de 554 milhões de dólares em 1965.

QUADRO 13
BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL
1947/64

(equiv US\$ 1.000.000)

DISCRIMINAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
I — MERCADORIAS.....	130	278	153	(*) 425	(*) 68	(*) — 286	(*) 424	(*) 148	(*) 320	(*) 437	(*) 107	(*) 65	(*) 72	(*) — 23	(*) 113	(*) — 89	(*) 112	(*) 344
Exportações (FOB).....	1.157	1.183	1.100	1.359	1.771	1.416	1.540	1.568	1.419	1.483	1.392	1.244	1.282	1.270	1.405	1.215	1.406	1.430
Importações (FOB).....	1.027	905	947	934	1.703	1.702	1.116	1.410	1.009	1.046	1.285	1.179	1.210	1.293	1.292	1.304	1.294	1.086
II — SERVIÇOS.....	276	316	271	319	536	421	393	378	344	419	393	327	407	610	416	407	333	326
Vingens internacionais.....	32	6	2	3	16	4	26	14	12	34	40	25	31	48	19	25	14	3
Transportes.....	150	156	103	121	245	220	130	149	133	119	115	102	87	78	77	79	87	63
Seguros.....	10	10	7	9	15	12	8	10	9	8	7	6	9	7	6	5	13	10
Renda de capitais.....	55	106	101	110	157	121	166	137	114	141	128	107	150	184	184	199	144	189
a) Lucros e dividendos.....	42	80	80	85	137	100	131	89	79	74	61	49	59	78	70	81	57	68
1 — Efetivamente remetidos.....	23	38	41	47	70	15	93	49	43	24	26	31	25	39	31	18	57	68
2 — Reinvestidos.....	19	42	39	36	67	19	85	40	36	50	35	18	34	39	39	63	57	68
b) Juros.....	13	26	21	27	20	21	34	48	36	67	67	58	91	106	114	118	87	131
1 — Setor particular.....	17	28	40	22	43	57	52	41	19	26
2 — Setor oficial.....	21	27	26	33	44	52	66	73	66	95
3 — Não classificados (líquido).....	3	12	1	3	4	3	6	4	2	10
Governamentais.....	14	8	22	38	59	26	25	16	12	36	27	23	34	44	58	38	29	43
Outros serviços.....	15	31	36	38	64	38	39	62	64	68	60	107	159	86	61	37	32	54
III — MERCADORIAS E SERVIÇOS.....	146	37	118	106	468	707	31	230	24	18	286	262	335	635	303	496	221	18
IV — DONATIVOS.....	24	7	3	2	2	2	14	6	10	11	13	4	10	15	15	38	39	62
V — MOVIMENTO DE CAPITAIS.....	213	15	39	81	347	735	81	225	22	7	470	455	370	622	239	598	302	39
a) Capitais autônomos.....	31	9	35	29	56	120	97	22	39	201	290	202	216	92	304	255	23	79
Particulares.....	47	80	32	28	70	118	109	75	109	248	356	23	248	176	225	187	42	66
1 — Investimentos.....	36	26	5	3	4	9	22	11	43	89	143	110	124	99	108	69	30	28
2 — Financiamentos.....	32	83	151	225	291	217	346	178	93	54
3 — Reinvestimentos.....	19	42	39	56	67	85	40	4	36	50	35	18	34	39	39	63	67	58
4 — Amortizações.....	9	40	69	146	191	237	210	188	141	100
5 — Outros.....	8	13	12	11	7	24	39	4	44	18	36	25	10	58	58	65	3	26
Oficiais.....	16	89	67	57	14	2	12	63	70	47	66	28	32	84	79	68	19	13
1 — Financiamentos.....	32	9	40	28	38	36	23	77	60	100	108	150	148	150	183	165	169	172
2 — Amortizações.....	48	61	107	85	27	33	36	130	131	173	178	186	173	117	122	223	178	166
3 — Outros.....	1	...	1	...	6	41	13	26	35	19
b) Capitais compensatórios (sinal negativo indica <i>superavit</i>).....	182	24	74	52	291	615	16	203	17	194	180	253	145	430	65	343	79	40
VI — ERROS E OMISSÕES.....	43	29	82	23	123	26	98	10	12	14	171	189	25	26	49	140	120	119

Fontes: Relatório da SUMOC — 1963 (para os anos 1947, 48 e 49).
Relatório Banco Central — 1966.
(*) Inclusive ouro não monetário.

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

(Milhões US\$)

DISCRIMINAÇÃO	posição	posição	posição	posição	posição	posição	posição	posição	
	31-12-62	31-12-58	31-12-59	31-12-60	31-12-61	31-12-62	31-12-63	31-12-64	
	EM	EM	EM	EM	EM	EM	EM	EM	
	31-12-65	31-12-65	31-12-65	31-12-65	31-12-65	31-12-65	31-12-65	31-12-65	
	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	
1 — Empréstimo Compensatório.....	479	661	567	574	872	953	1.010	1.068	1.280
2 — Financiamentos de Projetos Específicos...	813	920	1.127	1.255	1.234	1.280	1.270	1.303	1.599
3 — Outras Dívidas.....	675	388	482	734	574	187	963	867	405
3.1 — dívida pública externa consolidada.....	160	133	108	92	69	50	82	77	71
3.2 — operações comerciais.....	—	—	—	—	—	—	143	224	—
3.3 — operações de petróleo.....	—	—	—	—	—	—	55	8	68
3.4 — operações com o balanço consolidado.....	—	—	—	—	—	—	198	131	117
3.5 — "Swaps".....	133	112	227	352	347	394	364	313	155
3.6 — diversos (48).....	382	143	147	290	168	373	45	47	24
4 — Total do Endividamento Externo.....	1.667	1.969	2.176	2.543	2.680	3.650	3.167	3.110	3.084

Fonte: Relatórios do Banco Central

(*) Estimativas 12-1-66

(48) Inclui itens 3.2, 3.3, 3.4 até 1962.

II.8 — O Problema Inflacionário

De tôdas as distorções que se acumularam na economia brasileira desde o término da Segunda Guerra Mundial até 1963, a mais global e a mais grave foi a aceleração da taxa inflacionária. Como se vê nos quadros 15 e 16, o ritmo anual de ascensão dos preços, que logo após a guerra oscilava em tórno de 10%, chegou a nada menos do que 80% em 1963. No primeiro trimestre de 1964, inclusive, a alta de preços atingiu a 25%, o que extrapolado geomêtricamente corresponderia a 144% ao ano. Os esforços do Govêrno no sentido de debelar a inflação conseguiram reduzir êsse ritmo para cêrca de 40% ao ano em 1965 e 1966, em têrmos que serão descritos mais adiante.

Como assinalou o Programa de Ação Econômica do Govêrno, o processo inflacionário brasileiro resultou da inconsistência da política distributiva, localizada em dois pontos principais:

- a) no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou empréstimos públicos;
- b) na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às emprêsas.

Dentro dêsse quadro situaram-se as três causas tradicionais da inflação brasileira: os *deficits* públicos, a expansão de crédito às emprêsas, e as majorações institucionais de salários, em proporção superior aos aumentos de produtividade. Essas causas inevitavelmente conduziram à expansão dos meios de pagamentos, gerando o veículo monetário de propagação da inflação, como se vê no Quadro 17.

O saldo do processo inflacionário foi a acumulação de uma série de distorções, virtualmente incompatíveis com a continuidade do desenvolvimento econômico. As mais importantes foram:

- a) as oscilações dos salários reais, devidas aos reajustamentos descontínuos de salários nominais numa fase de ascensão contínua e violenta dos preços;

b) a subversão da ordem e da hierarquia salarial, devida aos mecanismos artificiais de barganha gerados em grande parte pela própria inflação;

c) a desorganização dos mercados de crédito, e de capitais com o artificialismo das taxas de juros e com a especial atrofia das operações a longo prazo;

d) a distorção dos coeficientes de rentabilidade, com o aparecimento sistemático das ilusões de lucro pela insuficiência das depreciações calculadas com base nos custos históricos, e pela absorção de lucros na reposição de capital de giro, com a conseqüente descapitalização de muitas empresas;

QUADRO 16
RIO DE JANEIRO — GUANABARA
ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA — 1939/1966
MÉDIA ANUAL E EM DEZEMBRO DE CADA ANO

(Base: 1953 = 100)

A N O	MÉDIA ANUAL		DEZEMBRO DE CADA ANO	
	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1939	21,6	—	23,1	—
1940	22,5	4,2	24,2	4,8
1941	24,6	10,8	25,2	12,1
1942	25,4	11,4	32,4	19,0
1943	30,3	16,6	33,8	4,3
1944	34,1	12,6	38,2	14,4
1945	38,2	16,4	44,1	18,0
1946	46,3	16,6	63,8	17,1
1947	66,4	21,8	66,2	6,0
1948	88,3	3,4	68,2	3,8
1949	60,8	4,5	62,2	6,0
1950	68,8	6,2	68,1	11,1
1951	74,8	15,0	76,6	10,8
1952	82,4	15,3	85,8	20,8
1953	100,0	14,4	108,0	16,8
1954	122,4	22,4	126,3	26,2
1955	150,2	23,1	165,4	19,1
1956	182,2	20,9	181,6	21,2
1957	211,8	16,3	224,0	13,8
1958	249,8	14,6	265,2	12,3
1959	338,0	36,1	308,4	62,0
1960	432,4	28,4	464,3	23,8
1961	685,0	33,3	702,2	43,2
1962	884,0	61,2	1.008,0	68,2
1963	1.502,0	70,4	1.088,0	60,6
1964	3.888,0	91,2	3.204,0	66,6
1965	4.282,0	68,2	3.388,0	45,4
1966	6.264,0	41,3	2.600,0	41,1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

QUADRO 16
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS POR ATA CADO — 1939/1966
 MÉDIA ANUAL E EM DEZEMBRO DE CADA ANO

(Base: 1953 = 100)

A N O	MÉDIA ANUAL		DEZEMBRO DE CADA ANO	
	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1939.....	17,4	—	19,0	—
1940.....	18,5	6,3	18,8	1,1
1941.....	21,5	16,2	23,6	25,8
1942.....	25,4	18,1	27,7	17,4
1943.....	30,3	19,3	31,7	14,4
1944.....	34,6	13,9	36,8	16,1
1945.....	39,7	15,1	40,7	10,6
1946.....	45,8	14,5	49,6	21,9
1947.....	48,7	6,3	49,1	—
1948.....	63,2	29,2	55,0	12,0
1949.....	65,0	2,8	64,7	16,7
1950.....	65,8	1,2	75,4	14,3
1951.....	78,8	19,8	82,5	12,4
1952.....	86,9	10,3	90,4	9,6
1953.....	100,0	15,1	113,2	25,7
1954.....	130,3	30,3	140,3	23,0
1955.....	147,4	13,1	153,5	9,4
1956.....	175,7	19,2	192,9	25,7
1957.....	197,6	12,5	198,4	3,4
1958.....	221,8	12,2	255,0	27,0
1959.....	305,6	37,7	347,1	36,1
1960.....	399,8	30,5	450,8	32,8
1961.....	552,1	38,1	691,6	56,1
1962.....	846,0	63,2	1.037,0	49,9
1963.....	1.468,0	73,4	1.986,0	81,9
1964.....	2.813,0	91,6	3.646,0	93,3
1965.....	4.247,0	60,8	4.638,0	27,2
1966.....	5.787,0	36,4	6.413,0	38,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 17
EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO X MEIOS DE PAGAMENTOS

(Saldo em 31 de dezembro)

A N O	EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO (A)	SALDO DOS MEIOS DE PAGAMENTOS (B)	RELACÃO A B
	(milhões Cr\$)	(milhões Cr\$)	
1951.....	86.647	60.745	0,694
1952.....	102.279	164.187	0,687
1953.....	150.360	174.000	0,870
1954.....	162.154	161.474	1,006
1955.....	171.405	152.029	0,963
1956.....	206.440	219.283	0,946
1957.....	264.600	290.038	0,926
1958.....	311.677	349.136	0,892
1959.....	400.859	500.572	0,801
1960.....	665.044	662.037	0,816
1961.....	281.472	1.051.807	0,266
1962.....	1.264.472	1.502.466	0,842
1963.....	1.048.848	2.502.188	0,420
1964.....	3.606.300	8.100.306	0,446
1965.....	6.542.506	9.074.600	0,721

Fonte: Banco Central.

e) a inequidade tributária, com as incidências sobre ganhos ilusórios, com o conseqüente estímulo à sonegação, e com o absurdo incentivo ao pagamento de impostos com atraso;

f) os controles desordenadores do sistema de preços, particularmente na tarifação dos serviços de utilidade pública;

g) a distorção do mercado cambial, com a tendência à proliferação de subsídios e à supervalorização artificial das taxas;

h) o desestímulo aos investimentos sociais, particularmente no campo habitacional, devido ao virtual congelamento nominal dos aluguéis e à atrofia do mercado de crédito hipotecário;

i) a impossibilidade da previsão financeira, com o contínuo estouro dos orçamentos e com o conseqüente afastamento do setor privado dos investimentos de longo prazo de maturação;

j) o prêmio à especulação com a distorção do papel orientador do sistema de preços.

Ao fim do primeiro trimestre de 1964, com a explosão do ritmo inflacionário, essas distorções haviam chegado a um ponto incompatível com a continuação do desenvolvimento. O combate à inflação impunha-se assim como prioridade cronológica, isto é, como condição sem a qual não se poderia assentar o crescimento econômico em qualquer base razoavelmente sólida.

II.9 — O PAEG e a Estratégia de Transição

Ao tomar posse em abril de 1964, o Governo Revolucionário defrontava-se com quatro problemas econômicos básicos: a alta galopante dos preços que ameaçava transformar-se em hiperinflação; a estagnação econômica, com o produto real *per capita* em declínio; a crise de balanço de pagamentos, com a acumulação de «swaps» e atrasados comerciais, quase caracterizando a insolvência internacional do país; e a desordem político-social, com a deterioração das expectativas e a virtual paralisação dos investimentos.

Os objetivos fundamentais da nova política foram logo definidos no Programa de Ação Econômica do Governo: a retomada

do desenvolvimento, o combate gradual à inflação, a atenuação dos desequilíbrios setoriais e regionais, a criação de empregos capazes de absorver produtivamente a expansão do potencial de mão-de-obra, e a correção dos *deficits* desordenados no balanço de pagamentos.

De um modo geral, tem-se hoje a impressão de que o PAEG traçou um quadro talvez otimista das possibilidades de correção a curto prazo de todos esses desequilíbrios. Com efeito, os resultados obtidos, ainda que bastante expressivos, ficam aquém das previsões.

Os resultados da política de desenvolvimento, como era de se esperar, não foram imediatos. Em 1964 o produto real cresceu de 3,1% e, em 1965, de 4,7%. Esta última cifra indicaria uma certa recuperação da atividade se não promediasse um crescimento setorial bastante desequilibrado, onde se misturaram a queda de produção industrial com o aumento da produção agrícola decorrente de safras generosas, inclusive com a superprodução de café. Ainda não se dispõe de estatísticas para 1966. Os indícios, todavia, são de um crescimento maior e mais equilibrado do que em 1965.

Provavelmente o sintoma mais positivo do esforço de desenvolvimento do Governo residiu na melhoria da composição dos gastos federais, com a compressão do consumo e o alargamento dos investimentos. Em percentagem do Produto Interno Bruto, as despesas correntes da União caíram de 11,5% em 1964 para 8,8% em 1966. Em compensação, os investimentos consolidados da União, de suas autarquias e Sociedades de Economia Mista subiram, entre 1964 e 1966, de 6,6% para 8,3% do PIB.

A meta do comércio exterior foi, provavelmente, a que se executou com maior êxito, ultrapassando-se as próprias expectativas do PAEG. Em três anos a tendência aos *deficits* sistemáticos inverteu-se em *superavits*, com a considerável melhoria da balança comercial e com a acumulação de vultosas reservas internacionais, como se assinalou na seção 2.8. Sem dúvida, a excelente situação conseguida no balanço de pagamentos custou o atraso do programa desinflacionário, como se verá mais adiante.

Dispõe-se de poucos dados sobre o problema da criação de empregos. Quanto aos desequilíbrios regionais, há indícios de que eles foram atenuados graças aos incentivos concedidos aos órgãos de desenvolvimento como a SUDENE. O Governo também se esforçou bastante por corrigir a tendência ao retardamento da agricultura, principalmente através da política de crédito rural e de preços mínimos.

Quanto ao combate gradual à inflação foi ele objeto das maiores atenções da política governamental. Tratava-se da prioridade cronológica natural, já que não seria cabível erguer uma política de desenvolvimento à beira de uma hiperinflação. Os pontos básicos do esforço desinflacionário, enfatizados no PAEG, eram a compressão dos *deficits* públicos, a contenção da expansão monetária e a limitação dos reajustes salariais pelo critério de manutenção da média (ao invés do pico) do poder aquisitivo passado. No tocante aos *deficits* públicos federais (orçamento de caixa), os resultados obtidos foram extremamente favoráveis. Em percentagem do PIB, eles caíram de 5,1% em 1963, para 4,0% em 1964, 1,9% em 1965 e cerca de 1,0% em 1966. A política salarial foi conduzida com especial austeridade a partir de meados de 1965, quando se promulgou a Lei nº 4.725, que estendeu aos dissídios coletivos os critérios de reajustamento ditados pelo PAEG. Quanto à expansão monetária, ela foi de 86% em 1964 (contra 70% previstos no PAEG), 75% em 1965 (contra 30% previstos) e cerca de 19% em 1966 (contra 15% previstos). O grande desvio entre previsões e execuções residiu na expansão de meios de pagamentos ocorrida em 1965. A principal origem da discrepância foi o efeito inflacionário do setor externo — já que as Autoridades Monetárias tiveram que expandir seus ativos com a compra de reservas cambiais associadas ao superavit no balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, a maior preferência do público pela moeda escritural e os limitados instrumentos de controle em poder do Banco Central contribuíram para uma multiplicação extremamente intensa das emissões do Banco Central.

Quanto aos aumentos de preços, em 1964 o índice do custo de vida na Guanabara subiu de 86,6% e o índice geral de preços

por atacado 93,3% — por conta da alta do primeiro trimestre e da herança inflacionária deixada pela administração anterior. Em 1965 essas taxas de inflação baixaram bastante, respectivamente para 45,4% e 27,2%; na alta do custo de vida, por sua vez, foi embutida uma pesada componente corretiva de reajuste de aluguéis. Em 1966, a alta do custo de vida na Guanabara foi de 41,1%, e a dos preços por atacado de 38,3%. Em certo sentido, as taxas de 1966 foram muito mais altas do que as que normalmente se justificariam pelo comportamento dos focos tradicionais de inflação. Com efeito, os *deficits* públicos foram bastante moderados (e financiados em sua maior parte pela colocação de Obrigações Reajustáveis), a política salarial enquadrou-se em moldes bastante austeros, e a expansão monetária não chegou a 20%. Quatro fatores explicam essa divergência entre causas e efeitos diretos, e que deu origem a uma alta de preços de praticamente 40% em 1966: o efeito retardado da excessiva expansão monetária de 1965 (que naquele ano não se refletira inteiramente sobre os preços); as más safras do ano; a liberação de certos controles de preços aplicados até o fim de 1965; e a operação da correção monetária em uma série de preços administrados (aluguéis, tarifas de serviços de utilidade pública etc.).

Deve-se salientar que o Governo não se preocupou apenas em frear a alta de preços, mas muito especialmente em corrigir as distorções criadas pela inflação. Entre as inúmeras providências tomadas com êsse objetivo, destacam-se as seguintes:

a) A reorganização do mercado de crédito e de capitais, com a criação do Banco Central, com o lançamento das obrigações reajustáveis do Tesouro, e com a criação de novos títulos e operações com correção monetária para o setor privado.

b) A reforma das leis fiscais, eliminando gradativamente os impostos sobre os lucros ilusórios, punindo a sonegação fiscal, melhorando a distribuição das incidências tributárias e eliminando os impostos pouco funcionais.

c) A unificação cambial, com a supressão dos subsídios, das diferenciações de taxas, e dos depósitos e encargos financeiros sobre as importações.

d) A revisão dos critérios de tarifação dos serviços de utilidade pública, com o reconhecimento explícito da correção monetária dos ativos no cálculo da remuneração das empresas.

e) A implantação da correção monetária dos aluguéis, a criação do Banco Nacional de Habitação e do mercado financeiro imobiliário, a fim de reativar os investimentos em habitação.

Tôdas essas providências, desenvolvidas em amplas reformas legislativas e, inclusive, na Reforma Constitucional, de alguma forma embutiram no sistema econômico certos componentes de inflação corretiva, as quais retardaram a meta de redução do ritmo da alta de preços. Nessas condições a política econômica do período 1964/1966 obedeceu sobretudo a uma estratégia de transição. O objetivo foi menos o do crescimento imediato, mas principalmente o da consolidação das bases para um desenvolvimento futuro, através do combate à inflação, da mudança institucional, da correção dos desequilíbrios externos, e da restauração do papel orientador do sistema de preços.

III. A Estratégia Global de Crescimento (*)

III.1 — Metodologia para a Formulação da Estratégia (**)

O presente capítulo fixará as metas básicas de crescimento da produção e de emprego a serem atingidas pela economia brasileira no decênio 1967/1976. Para isso se obedecerá à seguinte metodologia:

- a) Construção de um modelo econométrico que indique as necessidades de formação de capital para que se atinjam os objetivos pré-fixados de produção e de emprego;
- b) Construção de um modelo que indique os resultados das metas de crescimento sobre o balanço de pagamentos;
- c) Construção de um modelo que indique os resultados das metas de crescimento sobre as contas do setor público;
- d) Seleção de uma estratégia de crescimento;

(*) Como a preocupação do modelo é uma visão quantitativamente consistente do desenvolvimento da economia, o leitor menos interessado nos aspectos técnicos poderá despreocupar-se dos problemas econométricos da apresentação e concentrar-se na apreciação das suas implicações e resultados.

(**) Para a apresentação completa do modelo, em versão preliminar, ver o documento «Bases Macroeconômicas do Plano Decenal» (EPEA — mimeografado).

e) Exame da viabilidade da estratégia em função dos três fatores limitativos: evolução do consumo, comportamento do balanço de pagamentos e peso dos deficits públicos.

Especificamente, procuraremos em primeiro lugar estabelecer para a economia brasileira uma função de produção do tipo Cobb Douglas homogênea com o elemento de progresso tecnológico:

$$Y_t = me^{\lambda t} L_t^\alpha K_t^{1-\alpha}$$

onde, Y_t indica a capacidade de produção para o ano t , L_t a força de trabalho durante o ano, K_t o estoque de capital no início do ano, m uma constante dimensional, α e λ constantes, $e = 2,718\dots$ a base dos logaritmos naturais.

Essa função permitirá que se calculem os requisitos de formação de capital para quaisquer metas de crescimento preestabelecidas para a capacidade Y_t e para o emprêgo L_t . A viabilidade dessas metas, no entanto, deve ser submetida a três elementos de teste: o seu impacto no balanço de pagamentos, o seu impacto no consumo, e a seu reflexo sobre as contas do Governo. Esses elementos de testes constituem o centro de interêsse da análise. Com efeito, o que nos impede de seguir metas de crescimento excessivamente ambiciosas é que para tanto seria necessário comprimir demais o consumo, enfrentar desequilíbrios excessivos no balanço de pagamentos ou suportar um peso excessivo do setor público com os conseqüentes efeitos inflacionários. A estratégia escolhida será assim aquela que corresponder ao máximo de crescimento econômico dentro dos limites considerados aceitáveis de evolução do consumo pessoal, de deficits no balanço de pagamentos e de deficits do setor público.

III.2 — A Função de Produção e os Requisitos de Formação de Capital

Uma função de produção do tipo Cobb Douglas homogênea, com um elemento de progresso tecnológico:

$$Y_t = me^{\lambda t} L_t^\alpha K_t^{1-\alpha}$$

encerra dois parâmetros fundamentais (fora a constante dimensional m); a constante α , que indica a elasticidade do produto em relação à mão-de-obra (o complemento $1 - \alpha$ indicando a elasticidade em relação ao capital) e a taxa de crescimento espontâneo λ ; em condições ideais de concorrência, α representa a fração da remuneração do trabalho na renda interna, sendo essa a propriedade usualmente invocada para a sua estimação; λ representa a componente de crescimento da capacidade de que não decorre da acumulação de capital ou da expansão de força de trabalho, mas da ação de fatores residuais, como a educação, as economias de escala, e o progresso tecnológico.

Para a estimação da função de produção para o Brasil tomou-se o parâmetro $\alpha = 0,6$ com base nas informações disponíveis sobre a repartição da renda entre os fatores de produção. Essa é uma estimativa algo imprecisa, mas vários testes comprovaram que os resultados e projeções são pouco sensíveis aos erros na estimação desse parâmetro. Digamos de passagem, esse valor está perfeitamente dentro dos limites das estimativas elaboradas para outros países.

Tomando por base $\alpha = 0,6$, a função de produção foi obtida pelo ajustamento econométrico:

$$me^{\lambda(t-1947)} = \frac{Y_t}{K^{0,4} L_t^{0,6}}$$

tomando-se as séries de produto a preços de 1949 (assemelhado a capacidade) estoque de capital e população ativa constantes dos Quadros 2, 5 e 6. Obteve-se assim a função de produção:

$$Y_t = 3,42 e^{0,0114(t-1947)} K_t^{0,4} L_t^{0,6} \quad (1)$$

onde:

Y_t = capacidade de produção no ano t em cruzeiros de 1949.

K_t = estoque de capital do início do ano t em cruzeiros de 1949.

L_t = população economicamente ativa durante o ano t .

O poder de explicação da regressão é $R^2 = 88\%$ (significativo ao nível de 1%). O valor estimado para λ indica uma taxa de crescimento espontâneo $\lambda = 1,14\%$ ao ano (em termos de taxas instantâneas).

A segunda equação do modelo diz respeito à formação bruta de capital. Admitiu-se, como no cálculo da série constante do Quadro V, que as depreciações em cada ano representassem 2,5% do estoque de capital. Tem-se assim:

$$K_t = 0,975 K_{t-1} + I_{t-1} \quad (2)$$

onde I_{t-1} representa a formação bruta de capital no ano t-1.

Para o cálculo da formação bruta de capital fixo admitiu-se, com base nos dados relativos aos últimos anos, que o aumento de estoques representasse 1,25% da produção do período. Chega-se assim à equação:

$$I_t^* = I_t - 0,0125 Y_t \quad (3)$$

As três equações numeradas fornecem a estimativa de requisitos de formação de capital para a obtenção de metas pré-fixadas de crescimento de produção e emprego. Estabelecidos os objetivos para Y_t e L_t no futuro obtém-se, pela equação, a evolução necessária do estoque de capital K_t , da formação bruta de capital I_t e da formação bruta de capital fixo I^*t .

III.3 — Modelo de Projeção das Exportações e Importações

Um dos elementos básicos de teste das estratégias de crescimento do produto e do emprego será o comportamento do balanço de pagamentos. Uma estratégia excessivamente ambiciosa de crescimento poderá ser rejeitada por conduzir a um deficit externo insustentável. Torna-se assim necessário construir um modelo de projeção das exportações e importações.

Para a projeção das exportações admitir-se-á que elas cresçam aproximadamente a taxas de 8,5% ao ano até 1970 e a 3% ao ano de 1971 a 1976, de acordo com as seguintes estimativas:

QUADRO 18
PROJEÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (*)

A N O	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Em Bilhões de Cruzeiros de 1946	Em Milhões de Dólares de 1968	
1967.....	22,8	2 035,0	8,4
1968.....	26,1	2 206,0	8,4
1969.....	32,7	2 393,0	8,6
1970.....	36,4	2 691,0	8,3
1971.....	36,5	2 671,0	3,1
1972.....	37,6	2 761,0	3,0
1973.....	38,7	2 856,0	3,1
1974.....	39,8	2 952,0	3,0
1975.....	41,0	3 062,0	2,9
1976.....	42,4	3 086,0	3,0

(*) Exclusive renda líquida recebida do exterior.

É importante comentar a viabilidade dessas metas de exportação. Os dados do Quadro 3 mostram como oscilou, no passado, o volume físico de bens exportados pelo país. De 1949 a 1953, por exemplo, caíram as exportações físicas, fenômeno igualmente presente entre 1955 e 1961. De 1962 a nossos dias, entretanto, aumentaram sensivelmente as exportações, por conta de uma política mais agressiva de vendas e de um comportamento cambial mais realista. Não cabe assim a extrapolação da série passada, essencialmente afetada por circunstâncias políticas adversas, mas sim a fixação de metas exequíveis de exportação, com lastro na continuidade do fornecimento agressivo dos últimos anos, aproveitando-se as vantagens de suprimento marginal, típico para o Brasil em muitos produtos de suas novas pautas. Cogita-se, assim, em função da experiência recente, que sejam viáveis as taxas admitidas para o crescimento de exportações, desde que se adotem as necessárias medidas à expansão das vendas ao exterior.

Quanto às importações elas serão decompostas em quatro itens:

- a) bens de consumo (exceto trigo);

- b) bens intermediários;
- c) bens de capital;
- d) residuais: trigo e serviços (exceto renda líquida enviada para o exterior).

Os critérios adotados para a análise foram os seguintes:

a) A relação entre importação de bens de consumo (M_{C_t}) e despesa interna bruta (Y_t) admitiu-se função de índice U_t do produto da indústria de transformação e do índice P_{C_t} dos preços relativos dos bens de consumo internos e externos do País de acordo com uma equação do tipo:

$$M_{C_t} = a_1 U_t^{a_2} P_{C_t}^{a_3} \bar{Y}_t$$

Para efeito de ajustamento, admitiu-se a despesa interna bruta \bar{Y}_t igual à capacidade de produção Y_t , chegando-se à equação de regressão: (M_{C_t} em cruzeiros de 1949).

$$M_{C_t} = 0,8135 U_t^{-0,4331} P_{C_t}^{-0,4718} Y_t \quad (4)$$

b) A demanda de importações de bens intermediários (M_{I_t}) em relação à despesa interna bruta ($\bar{Y}_t = Y_t$) supõe-se função da formação bruta de capital fixo do índice do produto da indústria de transformação (U_t) e do índice P_{I_t} de preços relativos de bens intermediários internos e externos. A equação de regressão encontrada foi (M_{I_t} e Y_t em cruzeiros de 1949):

$$M_{I_t} = 0,0861 I_t^{*0,9017} P_{I_t}^{-0,3848} U_t^{-0,8472} Y_t \quad (5)$$

c) A demanda de importações de bens de capital (M_{K_t}) foi considerada função fixa (I_t^*), do índice de produção da indústria de transformação (U_t), do índice de preços relativos internos e externos de bens de capital (P_{K_t}) e do índice de preços relativos de bens complementares (P_C^*). A equação de regressão encontrada foi:

$$M_{K_t} = 0,0956 I_t^{*2,843} U_t^{-1,523} P_{K_t}^{-0,4486} P_C^{*0,9234} \quad (6)$$

d) As importações residuais (R_t) (trigo e serviços, exceto renda líquida remetida para o exterior) foram estimadas em 7,2 bilhões de cruzeiros de 1949, em 300 milhões de dólares de 1965 por ano.

O poder explicativo das três equações de regressão é bastante elevado: 76% para a primeira, 81% para a segunda, e 96% para a última. Os dados estatísticos em que elas se basearam estão indicados e explicados nos quadros 19, 20 e 21.

Para efeitos da projeção das importações para o período 1967-1976, admitiu-se que:

a) Os índices de preços relativos de preços internos e externos, permanecessem nos níveis registrados para 1965:

$$P_C = 155,1 \text{ (bens de consumo)}$$

$$P_I = 133,4 \text{ (bens intermediários)}$$

$$P_K = 306,3 \text{ (bens de capital)}$$

$$P_C^* = 122,1 \text{ (bens complementares, bens de capital, intermediários e de consumo).}$$

Admitiu-se em seguida que o índice do produto da indústria de transformação U_t crescesse de 9% ao ano (crescimento compatível com a estimativa de 7% ao ano para a expansão de todo o setor secundário) partindo da base $U_{1955} = 237,2$.

Aceitas essas hipóteses, as projeções de importações se definem exclusivamente em função da formação bruta de capital fixo I_t^* e da capacidade de produção Y_t projetadas para cada ano — a primeira em função da última, de acordo com as relações econométricas da seção 2.2. Obtém-se assim o primeiro elemento de teste da viabilidade das estratégias de crescimento do produto real e de emprego — o impacto sobre o balanço de pagamentos.

QUADRO 19
ÍNDICES DE PREÇOS RELATIVOS INTERNOS E EXTERNOS
E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A N O	ÍNDICES DE PREÇOS RELATIVOS					ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO U
	BENS DE CONSUMO	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS COMPLEMENTARES	TOTAL	
	(P_C)	(P_K)	(P_I)	(P_C^*)		
1953.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1954.....	142,0	143,3	126,3	119,4	129,7	109,0
1955.....	155,9	168,1	148,9	131,0	147,7	121,0
1956.....	153,6	159,9	152,7	133,1	144,9	129,0
1957.....	172,6	145,9	131,8	125,1	135,3	136,0
1958.....	220,3	163,2	209,4	158,2	180,3	159,0
1959.....	209,7	144,2	193,6	146,4	170,7	179,0
1960.....	180,6	196,1	166,3	137,3	176,6	198,0
1961.....	179,1	207,8	166,9	139,9	178,8	220,0
1962.....	188,3	334,0	160,0	146,4	240,2	258,0
1963.....	207,3	239,9	126,3	123,1	180,3	237,0
1964.....	169,2	289,5	134,2	124,1	201,8	249,0
1965.....	155,1	306,3	131,4	122,1	201,8	237,2

Fontes e observações: O índice de preços total inclui trigo.

U é o índice 15 de Conjuntura Econômica.

Preços relativos são calculados segundo:

$$\left(\frac{E_{it}}{E_{i55}} \cdot \frac{P_{it}^I}{P_{i55}^I} \right) \frac{P_{it}^B}{P_{i55}^B}$$

Ei_t é a taxa de conversão cambial básica (cruzeiros por dólar), para o produto i no tempo t , acrescida de tarifas pertinentes e encargos portuários.

Pi_t é o índice do preço em dólar do produto i no ano t , extraído de *Números Índices Anuais dos Preços e das Quantidades do Comércio Exterior e de Cabotagem*, Laboratório Estatístico do IBGE, pág. 15.

Pi^a_t é o índice de preço de bens nacionais supostamente substitutos do bem i importado. Trata-se de uma média, de vários componentes de índice de preços de atacado da Fundação Getúlio Vargas, ponderada pelo valor importado daqueles componentes em 1962.

ESTATÍSTICA DE IMPORTAÇÃO

(Bilhões de cruzeiros e milhões de dólares)

ANO	DÓLARES CORRENTES					(QUANTUM ÍNDICES 1953 = 100)					CRUZEIROS DE 1919				
	Bens de Consumo	Bens Intermediários	Bens de Capital	Trigo	Total	Bens de Consumo	Bens Intermediários	Bens de Capital	Trigo	Total	Bens de Consumo	Bens Intermediários	Bens de Capital	Trigo	Total
	1953	153,4	524,8	478,2	180,2	1.317,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	11,2	7,0	3,9
1954	158,1	747,8	597,9	125,8	1.630,2	123,0	152,8	130,1	87,3	132,0	3,2	37,0	10,2	3,4	33,8
1955	125,7	622,5	415,5	142,1	1.306,5	101,7	124,3	90,4	104,3	107,3	2,7	13,9	7,1	4,0	27,7
1956	114,0	683,9	345,8	108,6	1.233,3	107,3	129,2	81,7	88,1	104,1	2,8	14,4	6,4	3,4	27,0
1957	131,9	666,0	583,8	104,2	1.485,0	109,5	129,5	135,3	89,1	124,0	2,8	14,1	10,0	3,5	31,3
1958	89,0	593,8	557,2	111,8	1.352,7	90,3	120,7	130,4	93,3	122,0	2,3	14,1	10,7	3,6	30,7
1959	78,9	549,9	613,8	131,5	1.374,3	92,0	127,4	102,1	113,5	134,6	2,4	14,2	12,8	4,4	33,8
1960	82,9	627,2	609,6	142,7	1.401,6	97,8	147,1	123,0	125,0	132,3	2,5	10,4	10,0	4,8	33,8
1961	90,4	653,3	606,3	138,9	1.459,1	115,5	152,1	122,0	110,4	132,0	3,0	17,0	9,6	4,5	34,1
1962	102,3	642,3	547,5	161,0	1.473,0	124,0	105,1	100,0	135,8	133,5	3,2	18,4	7,0	5,3	34,8
1963	120,8	702,4	486,9	104,0	1.492,2	139,5	185,8	98,8	134,6	142,5	3,6	20,7	7,8	5,3	37,4
1964	107,9	577,0	366,8	209,6	1.261,8	120,7	153,2	62,2	161,5	118,0	3,1	17,1	4,9	6,3	31,4
1965	98,8	560,6	299,8	135,9	1.095,3	118,2	143,2	47,0	116,2	102,2	3,0	16,0	3,7	4,5	27,2

Fontes e Observações: Importações em dólares correntes e índices de quantum do Laboratório de Estatística do IBGE.

Bens intermediários foram ajustados, separando-se trigo.

Dólares correntes convertidos a cruzeiros de 1919, primeiro por conversão de dados em \$3 a dólares de 49, posteriormente traduzidos em cruzeiros pela taxa cambial de 18,72 cruzeiro por dólar, segundo SEEF do Ministério da Fazenda.

Índice de preço em dólar entre 49 e 63 obtidos de "Economic Bulletin" for Latin America", Naciones Unidas, Vol.V, No. 1, págs. 108-111, e Vol. IV, No. 2 páginas 87-91.

Quadro 21

CONTRAPARTIDA EM DÓLARES DA CONTA DE COMÉRCIO EXTERIOR
DAS CONTAS NACIONAIS

(Milhões de US\$)

ANO	DÓLARES							t	A
	X _B	r	X	M _B	pe	M	M*		
1947			1.237,8			1.351,4	1.405,4	18,60	1,09
1948			1.254,1			1.194,6	1.297,3	18,60	0,95
1949			1.187,6			1.189,2	1.286,5	18,60	1,02
1950			1.405,4			1.205,4	1.302,7	18,60	0,85
1951			1.832,4			2.216,2	2.302,7	18,60	1,21
1952			1.486,5			2.162,2	2.220,0	18,50	1,45
1953	1.653,0	58,0	1.895,0	1.623,0	332,0	1.391,0	1.665,0	20,71	0,87
1954	1.863,0	31,0	1.832,0	1.863,0	189,0	1.701,0	1.862,0	29,10	1,04
1955	1.542,0	28,0	1.511,0	1.560,0	171,0	1.395,0	1.538,0	40,34	0,82
1956	1.036,0	37,0	1.098,0	1.018,0	193,0	1.425,0	1.581,0	44,08	0,89
1957	1.592,0	37,0	1.535,0	1.888,0	194,0	1.664,0	1.831,0	48,32	1,10
1958	1.410,0	33,0	1.377,0	1.690,0	188,0	1.602,0	1.847,0	64,60	1,09
1959	1.441,0	18,0	1.423,0	1.743,0	169,0	1.574,0	1.726,0	97,02	1,10
1960	1.442,0	16,0	1.426,0	1.938,0	204,0	1.731,0	1.922,0	117,00	1,22
1961	1.587,0	16,4	1.570,6	1.815,0	149,4	1.655,6	1.828,6	177,00	1,08
1962	890,0	12,0	884,0	1.331,0	175,0	1.164,0	1.327,0	383,00	1,32
1963	1.494,0	12,0	1.482,0	1.657,0	104,0	1.553,0	1.615,0	776,00	1,05-
1964	1.537,0	11,0	1.526,0	1.452,0	137,0	1.315,0	1.441,0	1.120,00	0,86-
1965	1.785,0	24,4	1.760,6	1.895,0	229,6	1.365,4	1.570,6	1.510,00	0,78

Fonte: Divisão de Balanço de Pagamento do Banco Central.

Definições: X : exportação de bens e serviços inclusive recebimento do exterior para fatores de produção

B : importação de bens e serviços inclusive pagamento ao exterior para fatores de produção.

X : exportações de bens e serviços exclusive recebimento do exterior para fatores de produção.

M : importações de bens e serviços exclusive pagamento ao exterior para fatores de produção.

r : recebimento do exterior para fatores de produção.

pe : pagamentos ao exterior para fatores de produção.

t : taxa de câmbio implícita nas Contas Nacionais (exceto o valor de 1965 calculado pelo Setor de Comércio Exterior do EPEA).

$$M^* = \frac{M}{B} - r$$

$$A = \frac{M}{X}$$

Observações: Valores em dólares no período 1947/1952 foram reconstruídos tomando-se os valores correspondentes das Contas Nacionais a taxa de Conversão de 18,50 Cr\$/US\$, após consulta na fonte.

III.4 — Projeções das Principais Contas do Setor Público

Para projetar as principais contas do setor público, admitiram-se as seguintes hipóteses de política econômica:

- a) a proporção $\frac{G_t}{Y_t}$ do consumo do governo no produto in-

terno bruto seria progressivamente reduzida, do nível de 15% para 13%, aproximadamente;

b) a percentagem $\frac{I_{G_t}}{I_t}$ dos investimentos do govêrno no to-

tal da formação de capital declinaría progressivamente de 35% a 31% durante o período 1967/1976;

c) a percentagem $\frac{T_t^*}{Y_t}$ entre a receita líquida do Govêrno e

o produto interno bruto seria elevada para 19% em 1967, e 20% a partir de 1968.

Especificamente, os dados usados nas projeções serão os do Quadro 22.

QUADRO 22
PARÂMETROS DE COMPORTAMENTO DO SETOR PÚBLICO

A N C	$\frac{G_t}{Y_t} = p_t$	$\frac{I_{G_t}}{I_t} = i_t$	$\frac{T_t^*}{Y_t} = r_t$
1967	14,7	36,0	19,0
1968	14,1	34,0	20,0
1969	14,6	34,0	20,0
1970	13,8	33,0	20,0
1971	13,8	33,0	20,0
1972	13,8	33,0	20,0
1973	13,8	33,0	20,0
1974	13,8	32,0	20,0
1975	13,8	32,0	20,0
1976	13,8	31,0	20,0

É importante comentar a viabilidade dessas projeções, as quais correspondem a certa orientação de política econômica (*). As

metas fixadas para $\frac{G}{Y}$ correspondem a uma certa compressão das

(*) Para comparação das metas com a série passada, ver Quadro 8.

despesas de consumo do governo, pelo menos em percentagem do PIB, as quais desceriam do máximo de 16,53% em 1963 para 13,8% do início da próxima década. Os investimentos públicos (administração central e autarquias) começariam representando 35% do total da formação de capital, daí caindo progressivamente até 31%. Quanto à receita líquida do governo, admite-se que ela possa subir a 20% do PIB (nível atingido em 1960) pela melhoria dos métodos de arrecadação dos impostos e, sobretudo, pela redução de transferências e subsídios.

Em função das metas fixadas para a relação $g_t = \frac{G_t}{Y_t}$ entre

o consumo do governo e o Produto Interno Bruto, para a relação

$\frac{I_{G_t}}{I_t} = i_t$ entre investimento público e formação bruta de capital,

e para a relação $\frac{T_t^*}{Y_t} = p_t$ entre receita líquida do governo, cal-

cula-se imediatamente a relação d_t entre o *deficit* público $D_t = T_t - G_t - I_{G_t}$ e o produto real Y_t :

$$d_t = \frac{D_t}{Y_t} = p_t - g_t - i_t \cdot \frac{I_t}{Y_t} \quad (7)$$

a qual servirá como um dos testes de viabilidade da estratégia de crescimento.

III.5 — Testes de Viabilidade das Estratégias de Crescimento

Podemos agora examinar testes de viabilidade de uma estratégia de crescimento dentro do modelo de crescimento construído

para a economia brasileira. Suponhamos que se fixem determinadas metas de crescimento para a série Y_t do produto real (identificado com a capacidade de produção) e para a série L_t de população ativa. Então as necessidades de formação de capital poderão ser estimadas a partir das equações (1), (2) e (3). O total das importações, $M_t = M_C + M_I + M_K + R$ será avaliado

a partir das equações (4), (5) e (6) (com a estimativa de 7,2 bilhões de cruzeiros de 1949, ou 300 bilhões de cruzeiros para as importações residuais R). A equação (7) será usada para a aferição do *deficit* público como proporção do produto interno bruto. Finalmente, o consumo privado C_t em cada ano poderá ser calculado a partir da equação: $Y_t = C_t + I_t + G_t + X_t - M$ ou seja: $C_t = Y_t + M_t - X_t - I_t - g_t Y_t$ (9)

Os elementos de teste da viabilidade de uma estratégia (quanto ao crescimento de $(Y_t$ e $L_t)$) serão as relações

$$d_t = \frac{D_t}{Y_t}, \quad h_t = \frac{M_t}{X_t},$$

e a taxa de crescimento do consumo C_t . As estratégias se considerarão aceitáveis dentro dos seguintes limites:

a) O consumo C_t deverá crescer, ao longo do período, de pelo menos 3% em cada ano, e de pelo menos 4% ao ano, em média. Isso corresponde a uma pequena taxa de crescimento do consumo real *per capita*, em média, sem nenhuma compressão ano a ano, considerada socialmente necessária como o mínimo de aproveitamento imediato dos benefícios de desenvolvimento;

b) A relação $h_t = \frac{M_t}{X_t}$ entre importações e exportações de

bens e serviços (exceto renda remetida ou recebida do exterior), não deverá ultrapassar a média 1,03 em dólares de 1965 (para efeito de comparações com o passado, ver. Quadro 21).

c) A relação $d_t = \frac{D_t}{Y_t}$ entre *deficit* público e produto interno

bruto não deverá exceder 2%, a fim de que o governo não atue como importante foco de pressões inflacionárias. (*)

III.6 — Estratégia Global de Crescimento para o Período 1967/1976

O presente plano tomará por base as seguintes metas de crescimento do produto real e de absorção de mão-de-obra.

QUADRO 23
TAXAS DE CRESCIMENTO PREVISTAS PARA O EMPRÊGO
E PARA O PRODUTO REAL

A N O	TAXAS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO	
	PRODUTO REAL	EMPRÊGO
1967.....	5,0	3,0
1968.....	5,5	3,1
1969.....	5,5	3,2
1970.....	6,0	3,3
1971.....	6,0	3,4
1972.....	6,0	3,5
1973.....	6,0	3,5
1974.....	6,0	3,5
1975.....	6,0	3,5
1976.....	6,0	3,5

Essa estratégia foi escolhida tendo em vista os três elementos do teste citado: a relação importações/exportações, a taxa de crescimento do consumo real, e a proporção dos *deficits* públicos no produto interno bruto. A estratégia de absorção de mão-de-obra corresponde ao que se pode esperar em face do crescimento demográfico do País, correspondendo a um desenvolvi-

(*) O modelo completo analisa a inflação, no longo prazo, como decorrente principalmente da expansão de meios de pagamento para atender ao setor público e ao setor privado. Ver o documento das «Bases Macroeconômicas».

mento mais «labor-intensive» do que o verificado na década passada. Quanto às taxas de crescimento do produto real, elas foram limitadas no princípio do período pelo teste de consumo, e no fim do decênio pelo teste do balanço de pagamentos.

As projeções das variáveis macroeconômicas do modelo segundo a estratégia acima, se apresentam no Quadro 24, em cruzeiros de 1949. As variáveis correspondentes ao comércio exterior, em dólares de 1965, se apresentam no Quadro 25. Finalmente, o Quadro 26 indica as projeções macroeconômicas em cruzeiros de 1966 — valores que servirão como base global para este Plano.

PROJEÇÕES DAS VARIAÇÕES MACROECONÔMICAS DO MODELO SEGUNDO ESTRATÉGIA PREVISTA NO QUADRO 23

(Valores em Bilhões de Cruzeiros de 1949)

I	FAT. DE PRODUÇÃO			CAPACIDADE				SETOR PÚBLICO				SETOR PRIVADO				SETOR EXTERNO			
	K	L		V	IIY	I	I ₀	G	T*	D	C	CIV	X	M _K	M _J	M _C	R		
67	1.251,1	27,6		533,0	18,5	65,5	34,6	79,0	163,5	11,2	378,1	66,0	27,8	6,7	20,6	3,5	7,2		
68	1.357,6	28,4		574,4	20,7	118,8	40,4	84,9	114,6	10,4	385,5	67,1	30,1	10,1	24,0	3,6	7,2		
69	1.442,4	29,3		608,6	20,4	154,0	42,2	89,7	121,4	10,5	405,7	66,8	33,7	10,0	24,4	3,7	7,2		
70	1.530,4	30,3		644,4	23,0	148,4	45,0	86,2	128,5	9,3	428,6	66,0	35,4	14,8	28,4	3,7	7,2		
71	1.640,6	31,4		684,5	23,0	166,7	51,7	84,6	156,8	9,5	451,8	66,0	36,5	15,0	29,4	3,8	7,2		
72	1.756,3	32,6		726,8	22,7	165,1	54,6	100,4	148,3	9,6	490,0	66,0	37,5	15,2	30,3	3,9	7,2		
73	1.877,4	33,7		771,5	22,0	178,5	59,2	108,7	183,3	10,6	508,4	65,9	39,7	16,0	31,8	4,0	7,2		
74	2.007,6	34,9		815,2	23,0	185,7	60,4	118,1	183,5	9,7	538,8	65,8	39,5	16,5	33,1	4,1	7,2		
75	2.145,5	36,1		861,8	23,5	201,7	64,5	120,2	174,0	10,7	570,7	65,6	41,0	17,8	34,6	4,2	7,2		
76	2.285,8	37,4		922,0	22,5	216,6	66,8	127,5	184,7	9,8	604,4	65,4	42,4	18,5	36,1	4,2	7,2		

QUADRO 26
 PROJEÇÕES DAS VARIÁVEIS RELATIVAS A COMÉRCIO EXTERIOR EM DÓLARES DE 1965.
 (em milhões)

A N O	M _K	M _I	M _C	R	M	N	f (%)	V (t) 2
1967	526,5	730,7	113,1	300,0	1.670,3	2.036,0	82,1	43,96
1968	798,7	851,3	116,3	300,0	2.061,3	2.206,0	93,4	45,91
1969	785,8	866,5	119,6	300,0	2.070,9	2.393,0	86,6	46,72
1970	1.163,0	1.007,3	119,6	300,0	2.589,9	2.591,0	100,0	47,83
1971	1.178,7	1.042,8	122,8	300,0	2.644,3	2.671,0	99,0	47,74
1972	1.194,4	1.074,7	126,0	300,0	2.695,1	2.751,0	97,7	47,62
1973	1.257,3	1.120,9	129,3	300,0	2.807,5	2.836,0	99,0	47,75
1974	1.328,0	1.124,0	132,5	300,0	2.954,5	2.922,0	100,4	47,88
1975	1.368,9	1.227,3	135,7	300,0	3.101,7	3.003,0	101,8	47,99
1976	1.477,3	1.260,5	135,7	300,0	3.193,5	3.098,0	103,1	48,17

Observações: 1 (t) — corresponde a razão do total de importações em milhões de dólares de 1965 e os valores em bilhões de cruzados de 1949

O valor total de importações obtive-se pela soma dos valores previstos de bens de capital, intermediários, e de consumo, de um montante residual fixo de 300 milhões de dólares, supostamente necessário para cobrir as necessidades do País na importação de trigo e serviços não incluídos nas funções de importação.

Quadro 26

PROJEÇÕES DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS DO MODELO SEGUNDO ESTRATÉGIA PREVISTA NO QUADRO 23

(Valores em Cr\$ bilhões de 1966)

t	FAT. DE PRODUÇÃO			CAPACIDADE				SETOR PÚBLICO				SETOR PRIVADO				SETOR EXTERNO			
	K	L	Y	Y/Y	I	IG	G	T*	D	C	C/Y	X	M _x	MI	M _e	R			
67	95.988,0	27,8	48.021,6	15,3	7.340,8	2.570,8	7.058,4	9.125,5	503,7	33.842,1	70,1	3.654,0	1.188,3	1.607,6	248,8	660,0			
68	100.899,8	28,4	50.742,5	17,4	8.826,8	3.001,7	7.500,1	10.150,3	351,5	34.988,5	60,0	3.902,0	1.746,1	1.872,9	285,9	660,0			
69	107.234,1	29,3	53.604,7	17,2	9.213,2	3.135,5	7.924,1	10.724,5	335,1	36.725,6	66,5	4.297,8	1.728,8	1.904,1	283,1	660,0			
70	113.737,2	31,3	56.926,3	19,4	11.026,1	3.640,7	7.379,9	11.387,0	133,0	39.064,7	65,6	4.653,4	2.658,6	2.216,1	263,1	660,0			
71	121.919,9	31,4	60.442,2	19,3	11.642,8	3.841,3	8.357,0	12.084,9	113,4	41.462,8	65,6	4.797,1	2.693,1	2.284,2	270,2	660,0			
72	131.614,7	32,5	64.179,0	19,1	12.287,0	4.049,4	8.869,3	12.835,8	82,9	44.031,1	65,6	4.940,8	2.627,7	2.364,3	277,2	660,0			
73	133.618,8	33,7	65.154,3	19,2	13.114,0	4.324,3	9.425,9	13.030,0	119,3	46.897,5	65,6	5.093,5	2.766,1	2.466,0	284,5	660,0			
74	149.144,8	34,9	72.368,1	19,4	14.028,4	4.487,7	9.901,3	14.470,1	8,9	49.561,4	68,6	5.247,9	2.921,6	2.582,8	291,5	660,0			
75	157.486,6	36,1	76.838,1	19,5	14.988,3	4.792,4	10.618,6	15.371,2	39,7	52.868,4	68,4	5.400,6	3.077,1	2.700,1	298,5	660,0			
76	170.437,0	37,4	81.660,8	19,6	16.019,1	4.903,2	11.263,4	16.316,4	-89,8	55.770,0	68,4	5.564,0	3.250,1	2.817,1	298,5	660,0			

III.7 — Projeções Setoriais da População Economicamente Ativa e da Produtividade

Tomando por base a estratégia global de crescimento, adotam-se as seguintes estimativas para as taxas setoriais de crescimento da mão-de-obra empregada.

QUADRO 27
TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

S E T O R	1940/1950	1950/1960	1940/1960	1960/1976 (*)
	(%)	(%)	(%)	(%)
Primário.....	1,3	1,7	1,5	(1,5)
Secundário.....	5,0	2,4	3,7	(3,5)
Terciário.....	2,2	5,1	3,7	(4,9)
Total.....	2,0	2,8	2,4	(3,1)

(*) Projeção

Essas taxas foram projetadas dentro das seguintes hipóteses:

a) *Setor primário*: continuará a migração do campo às cidades, compensada pelo crescimento vegetativo não urbano.

b) *Setor secundário*: a tendência de intensificar o capital na Produção, indicada nos anos de 50, será parcialmente compensada pela absorção da mão-de-obra prevista para outros setores industriais trabalho-intensivos, principalmente construção civil.

c) *Setor terciário*: absorverá uma parcela relativamente maior do crescimento vegetativo urbano.

Quanto às taxas de crescimento da produtividade, admitir-se-ão as seguintes:

QUADRO 28
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL
DO PRODUTO POR PESSOA ECONOMICAMENTE ATIVA

S E T O R	1940-1950	1950-1960	1940-1960	1960-1976 (*)
	(%)	(%)	(%)	(%)
Primário.....	2,5	2,6	2,6	(2,5)
Secundário.....	2,5	6,2	4,3	(3,6)
Terciário.....	3,2	—	1,3	(0,0)
Total.....	3,6	2,8	3,1	(2,3)

(*) Projeção: O valor global decerce de uma década de produção empílica. Os demais valores projetados obedecem ao princípio das seguintes razões: a) b) c) d) e) f) g) h) i) j) k) l) m) n) o) p) q) r) s) t) u) v) w) x) y) z) aa) ab) ac) ad) ae) af) ag) ah) ai) aj) ak) al) am) an) ao) ap) aq) ar) as) at) au) av) aw) ax) ay) az) ba) bb) bc) bd) be) bf) bg) bh) bi) bj) bk) bl) bm) bn) bo) bp) bq) br) bs) bt) bu) bv) bw) bx) by) bz) ca) cb) cc) cd) ce) cf) cg) ch) ci) cj) ck) cl) cm) cn) co) cp) cq) cr) cs) ct) cu) cv) cw) cx) cy) cz) da) db) dc) dd) de) df) dg) dh) di) dj) dk) dl) dm) dn) do) dp) dq) dr) ds) dt) du) dv) dw) dx) dy) dz) ea) eb) ec) ed) ee) ef) eg) eh) ei) ej) ek) el) em) en) eo) ep) eq) er) es) et) eu) ev) ew) ex) ey) ez) fa) fb) fc) fd) fe) ff) fg) fh) fi) fj) fk) fl) fm) fn) fo) fp) fq) fr) fs) ft) fu) fv) fw) fx) fy) fz) ga) gb) gc) gd) ge) gf) gg) gh) gi) gj) gk) gl) gm) gn) go) gp) gq) gr) gs) gt) gu) gv) gw) gx) gy) gz) ha) hb) hc) hd) he) hf) hg) hh) hi) hj) hk) hl) hm) hn) ho) hp) hq) hr) hs) ht) hu) hv) hw) hx) hy) hz) ia) ib) ic) id) ie) if) ig) ih) ii) ij) ik) il) im) in) io) ip) iq) ir) is) it) iu) iv) iw) ix) iy) iz) ja) jb) jc) jd) je) jf) jg) jh) ji) jj) jk) jl) jm) jn) jo) jp) jq) jr) js) jt) ju) jv) jw) jx) jy) jz) ka) kb) kc) kd) ke) kf) kg) kh) ki) kj) kl) km) kn) ko) kp) kq) kr) ks) kt) ku) kv) kw) kx) ky) kz) la) lb) lc) ld) le) lf) lg) lh) li) lj) lk) ll) lm) ln) lo) lp) lq) lr) ls) lt) lu) lv) lw) lx) ly) lz) ma) mb) mc) md) me) mf) mg) mh) mi) mj) mk) ml) mm) mn) mo) mp) mq) mr) ms) mt) mu) mv) mw) mx) my) mz) na) nb) nc) nd) ne) nf) ng) nh) ni) nj) nk) nl) nm) nn) no) np) nq) nr) ns) nt) nu) nv) nw) nx) ny) nz) oa) ob) oc) od) oe) of) og) oh) oi) oj) ok) ol) om) on) oo) op) oq) or) os) ot) ou) ov) ow) ox) oy) oz) pa) pb) pc) pd) pe) pf) pg) ph) pi) pj) pk) pl) pm) pn) po) pp) pq) pr) ps) pt) pu) pv) pw) px) py) pz) qa) qb) qc) qd) qe) qf) qg) qh) qi) qj) qk) ql) qm) qn) qo) qp) qq) qr) qs) qt) qu) qv) qw) qx) qy) qz) ra) rb) rc) rd) re) rf) rg) rh) ri) rj) rk) rl) rm) rn) ro) rp) rq) rr) rs) rt) ru) rv) rw) rx) ry) rz) sa) sb) sc) sd) se) sf) sg) sh) si) sj) sk) sl) sm) sn) so) sp) sq) sr) ss) st) su) sv) sw) sx) sy) sz) ta) tb) tc) td) te) tf) tg) th) ti) tj) tk) tl) tm) tn) to) tp) tq) tr) ts) tu) tv) tw) tx) ty) tz) ua) ub) uc) ud) ue) uf) ug) uh) ui) uj) uk) ul) um) un) uo) up) uq) ur) us) ut) uu) uv) uw) ux) uy) uz) va) vb) vc) vd) ve) vf) vg) vh) vi) vj) vk) vl) vm) vn) vo) vp) vq) vr) vs) vt) vu) vv) vw) vx) vy) vz) wa) wb) wc) wd) we) wf) wg) wh) wi) wj) wk) wl) wm) wn) wo) wp) wq) wr) ws) wt) wu) wv) ww) wx) wy) wz) xa) xb) xc) xd) xe) xf) xg) xh) xi) xj) xk) xl) xm) xn) xo) xp) xq) xr) xs) xt) xu) xv) xw) xx) xy) xz) ya) yb) yc) yd) ye) yf) yg) yh) yi) yj) yk) yl) ym) yn) yo) yp) yq) yr) ys) yt) yu) yv) yw) yx) yy) yz) za) zb) zc) zd) ze) zf) zg) zh) zi) zj) zk) zl) zm) zn) zo) zp) zq) zr) zs) zt) zu) zv) zw) zx) zy) zz)

Essas projeções encerram as seguintes hipóteses básicas:

a) *Setor primário*: rendimentos individuais crescendo às taxas do passado, em decorrência dos ganhos em produtividade esperados para a agricultura no futuro.

b) *Setor secundário*: queda no ritmo *per capita* da produção industrial, por força, entre outros fatores, de ganhos esperados em setores de baixo rendimento *per capita* (construção civil) e da menor importância no decênio da substituição das importações (uma tese confirmada no modelo econômico do Plano).

c) *Setor terciário*: recebe o ônus da política de emprêgo, corrigindo apenas a tendência vegetativa observada no período 50/60.

Combinando-se estas estimativas resultam as seguintes projeções para a taxa de crescimento do produto real por setores (*):

QUADRO 29

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL DO PRODUTO

SECTOR	1940-1950 (%)	1950-1960 (%)	1940-1960 (%)	1960-1976 (*) (%)
Primário.....	3,8	4,3	4,1	(4,0)
Secundário.....	7,5	8,6	8,0	(7,0)
Terciário.....	5,4	4,5	5,0	(4,9)
TOTAL.....	5,5	5,6	5,5	(5,4)

(*) *Projeção.*

III.8 — Comentários Sobre o Modelo Econométrico

Como foi assinalado, o presente documento está sendo apresentado em versão preliminar sujeita a revisões. É interessante desde já apontar alguns resultados que deverão ser objeto de estudo cuidadoso.

(*) As taxas alcançadas para o período de 1960/76 são menores do que aquelas a vigorar no período 1967/1976. Essas últimas devem se comportar de tal forma que o crescimento médio da economia seja de 6.0%, com o primário crescendo exponencialmente entre 4.5% e 5.0%, o secundário próximo a 7.5% e o terciário entre 5.0 e 5.5%. O crescimento do secundário, por sua vez, é compatível com aquele que se obteve no plano de desenvolvimento industrial.

Em primeiro lugar, a função de produção do tipo Cobb-Douglas, trata capital e trabalho como fatores continuamente substituíveis. Isso significa que, a vigorar essa função de produção, o desenvolvimento pode ser planejado com qualquer relação capital/mão-de-obra que se julgar desejável. Assim as metas de crescimento do emprego e do produto real podem ser tomadas como independentes, considerando-se automaticamente consistentes. Essa, naturalmente, é uma conclusão, inteiramente diversa da que se obteria por um modelo baseado em proporções fixas. A função Cobb-Douglas admite qualquer combinação de fatores e, para dados objetivos de crescimento do produto real, tanto menos se precisará investir quanto mais empregos se desejar criar. Esse resultado é matematicamente óbvio, mas praticamente surpreendente. Será oportuno, pois, examinar um pouco mais a fundo, se, no estágio atual, o essencial do desenvolvimento econômico realmente pode ser descrito por uma função Cobb-Douglas (ver tóda a discussão contida nas «Bases Macroeconômicas»).

Em segundo lugar, a função apresentada no texto deve ser particularmente considerada sob determinado aspecto. Tóda Cobb-Douglas com uma constante de progresso tecnológico admite uma taxa de equilíbrio, aquela a qual cresceria o produto real se a relação capital/produto se mantivesse constante. Pela equação (1), a taxa de equilíbrio para o crescimento do produto real, com $\lambda = 1,14\%$ e L_t se expandindo de $3,5\%$ ao ano, seria igual a $5,5\%$ ao ano. Assim crescer de 6% ao ano só se tornaria possível com uma taxa de investimentos cada vez maior, capaz de compensar a piora gradual da relação capital/produto. De fato o País não poderia, a longo prazo, deixar de tender ao crescimento a $5,5\%$ anuais desde que a absorção de mão-de-obra se processasse à taxa de $3,5\%$ ao ano. Sucede que essa taxa de equilíbrio depende fortemente da taxa de crescimento espontâneo λ , a qual, por sua vez, foi ajustada com base numa série estatística razoavelmente imprecisa sobre formação de capital. Poder-se-ia conjecturar sobre outras séries e obter resultados bem mais otimistas.

Em terceiro lugar, as projeções de importações levam a resultado a serem bem ponderados. A julgar pelo Quadro 25,

as importações de bens-de-capital em 1976 subiriam a quase 1,5 bilhões de dólares.

A percentagem de importações de equipamentos representaria uma fração crescente do investimento ao longo do período. Sem dúvida essas projeções resultaram de uma equação de alto poder explicativo na linguagem econométrica: $R^2 = 96\%$. Convém lembrar, todavia, que a teoria dos testes de hipótese supõe válidas as equações estabelecidas *a priori*, colocando à prova apenas os valores numéricos dos parâmetros.

Essas considerações se destinam a salientar alguns dos estudos que terão que complementar a presente versão da estratégia global de crescimento. Acredita-se que tais estudos possam aprofundar o conhecimento dos fatores determinantes e limitativos do crescimento da economia brasileira.

É evidente, como já assinalamos, que o trabalho de aperfeiçoamento do modelo global deve continuar, particularmente no sentido de incorporação explícita dos principais setores. Cabe salientar, entretanto, o relevante papel que aquele modelo já pode desempenhar, do ponto de vista da identificação das possíveis limitações ao crescimento acelerado e da possibilidade de revelar todas as implicações das diferentes estratégias de desenvolvimento que venham a ser seguidas.

IV. Prioridade e Estratégias Setoriais do Desenvolvimento

IV.1 — Objetivos, Prioridades e Políticas

Como se assinalou no capítulo II, o Brasil conseguiu desenvolver-se rapidamente entre 1947 e 1961, mas à custa da acumulação de inúmeras distorções que acabaram por conduzir à paralisação do desenvolvimento. Não só grassou no País a inflação galopante, mas também se atrasaram alguns setores de base, e os investimentos sociais. Após o período corretivo de aplicação do PAEG já se pode pensar na retomada do desenvolvimento acelerado, e as lições do passado nos ensinam quão necessário é livrá-lo das distorções observadas.

Assinale-se que as condições atuais exigem um crescimento bem mais equilibrado e mais cuidadosamente planejado do que aquele que se verificou na década passada. Nos quinze anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil dispôs de um caminho fácil de desenvolvimento, qual fôsse a industrialização substitutiva, de importações. Havia um mecanismo automático de garantia de mercado para as indústrias que se instalassem no País, o qual atuava como poderoso incentivo aos investimentos, mesmo num processo de crescimento desequilibrado. Atualmente as oportunidades de substituição de importações, em-

bora consideráveis em certas áreas, são bem menos amplas do que há dez ou quinze anos atrás. Os investimentos se basearão agora no crescimento do mercado, e não mais nas suas dimensões absolutas, tornando-se, pois, bem mais sensíveis ao comportamento do sistema econômico. Esse aspecto exige nova concepção bem mais cuidada de programação do desenvolvimento, sem que se repitam as distorções do passado.

Dentro dessa linha, o presente plano fixa as seguintes prioridades básicas:

A) *Prioridades setoriais*

A.1) Consolidação da infra-estrutura e das indústrias básicas.

A.2) Revolução Tecnológica na agricultura e modernização do sistema de abastecimento.

B) *Prioridades sociais*

B.1) Revolução social pela educação.

B.2) Consolidação da política habitacional.

C) *Prioridades institucionais*

C.1) Fortalecimento da empresa privada nacional.

C.2) Dinamização da Administração Pública pela Implantação da Reforma Administrativa.

A consolidação da infra-estrutura é elemento indispensável para formar as bases de uma economia moderna e dinâmica. A força dinâmica do desenvolvimento brasileiro, no pós-guerra, foi a expansão industrial, primeiro de bens de consumo e em seguida de bens de produção. O Brasil se encontra, no momento, em condições de entrar racionalmente numa terceira fase, de consolidação das suas *INDÚSTRIAS DE BASE* (abrangendo: Indústrias de Bens de Produção, Indústria Siderúrgica, Indústrias de Matérias-Primas Industriais), principalmente no tocante a Matérias-Primas Industriais e outros Bens Intermediários como sejam: Indústrias Químicas, Metais Não-Ferrosos, Papel e Celulose, etc.

Por outro lado, o desenvolvimento industrial e dos demais setores deve-se basear numa Infra-estrutura moderna e eficiente, abrangendo os setores de ENERGIA (Energia Elétrica, Petróleo e Carvão), TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES. Essa Infra-estrutura, principalmente em relação aos dois últimos aspectos, ainda deixa muito a desejar.

Especificamente, no tocante à infra-estrutura, os setores de Energia Elétrica e Petróleo já se encontram bem encaminhados. Pela correção das distorções catastróficas do passado (subsídio às importações de petróleo, congelamento ou semicongelamento de tarifas de energia elétrica), foram asseguradas às empresas, públicas ou privadas, naquelas duas esferas, condições de rentabilidade e expansão. Assim, no campo da energia elétrica, pretende-se expandir de 12.500 megawatts a capacidade de geração, durante o decênio 1967/1976, sendo 5.000 MW entre 1967 e 1971. No tocante à PETROBRÁS, o mais importante é mantê-la com administração comercial e tecnicamente sólida. Espera-se, no quinquênio 1967/1971, aumentar de 180 mil barris por dia a capacidade de produção, e em 150 mil barris por dia a capacidade de refino.

Já na área de transportes, salvo em relação ao Transporte Rodoviário, a situação é bem diferente. Se progresso considerável se fez no tocante ao reajustamento de tarifas das empresas de transporte ferroviário e marítimo, os problemas de organização administrativa e eficiência operacional parecem continuar extremamente sérios. Nas áreas ferroviária, marítima e portuária, bastante se realizou nesses dois anos. Certo número de medidas corajosas foram tomadas. Todavia, ante a magnitude da tarefa a realizar, está-se ainda longe do desejável. Muito ainda resta a fazer no sentido de colocar tais entidades dentro de uma programação adequada, que inclua um sistema de contabilidade de custos, programação financeira e métodos administrativos flexíveis como os das empresas privadas. Se isso não se fizer, todo o programa de desenvolvimento acelerado estará comprometido. Isso ressalta a importância dos grandes estudos setoriais do GEIPOT, os quais permitirão uma ação integrada e racional na área de Transportes, através de «Planos-Diretores».

Na área de Comunicações, a parte de Telecomunicações e de Telefones locais parece encaminhar-se para uma solução, através da política já definida. Resta, entretanto, todo o trabalho de execução, dos mais importantes para eliminar a fonte de ineficiência que representa, para todos os setores da economia, a inadequação do nosso sistema de comunicações, local e nacional. Também nesse setor o estudo já em início sob a coordenação do CONTEL permitirá a elaboração de programas bem concebidos. É preciso notar, entretanto, que o setor vai demandar grande volume de recursos e grande capacidade de execução, nos próximos anos. Sua importância justifica esforço substancial nesse sentido.

A parte de Correios, por outro lado, é principalmente (embora não exclusivamente) um problema de reorganização administrativa. Como no caso das entidades de transportes, é necessário dar caráter de empresa industrial, com boa administração técnica e comercial (atentos os aspectos de segurança) ao órgão responsável pela execução dos serviços.

No que diz respeito à agricultura, há que atender a duas prioridades básicas:

- a) a transformação tecnológica da agricultura tradicional;
- b) a melhoria dos métodos de comercialização.

O presente Plano propõe uma série de programas capazes de alterar a fisionomia a médio prazo do problema, no campo da pesquisa, da melhoria de sementes, matrizes e sementais, e a fertilização do solo, na mecanização, na expansão da área agrícola e na defesa sanitária. Tais programas específicos se concentrarão nos produtos de maior consumo para as grandes massas urbanas: carne, leite e principais cereais.

Para os mesmos produtos, ou seja, aqueles de consumo popular generalizado, é preciso, igualmente, cuidar do sistema de abastecimento, principalmente para os centros urbanos, sob os dois principais aspectos: transporte e mecanismo de comercialização. No tocante à comercialização, a solução geralmente encontrada em países desenvolvidos tem sido no sentido de fortalecer, ao mesmo tempo, o produtor e o distribuidor a varejo, de modo que o intermediário não se torne suficientemente forte para impor altas

margens de comercialização. O sistema de distribuição a varejo na base de supermercados pode ser bastante eficiente, e provavelmente a melhor solução, na medida em que eles funcionem segundo a fórmula já consagrada: pequena margem de lucro unitário e grande volume de negócios. Para isso, deve haver alta rotatividade de estoques e sistemas de controle aperfeiçoados.

No que diz respeito ao setor secundário, o desenvolvimento industrial se deverá afirmar a um ritmo de crescimento razoável, condição exigida para que siga cumprindo um papel efetivo de dinamização do sistema, com o alargamento, para toda a economia, dos benefícios tangíveis e intangíveis de um processo típico de industrialização.

I — Elevação da eficiência média do sistema;

II — Assimilação progressiva de índices tecnológicos mais elevados;

III — Contribuição para a modernização institucional do sistema;

IV — Satisfação dos padrões de consumo das massas urbanas crescentes.

No que diz respeito à Educação, os principais problemas específicos se resumem nos seguintes termos:

a) *Ensino Primário*: carência de escolas nos grandes centros urbanos, além dos elevados índices de deserção e reprovação maciça;

b) *Ensino Médio*: baixos padrões qualitativos; posição de barreira à mobilidade social do País e à formação de mão-de-obra adequadamente estruturada (*deficiência do ensino técnico de nível médio*); posição de barreira à expansão do ensino superior;

c) *Ensino Superior*: distribuição inadequada das matrículas pelos diversos ramos; baixos padrões de eficiência em vários ramos e estrutura inadequada das Universidades.

Na presente versão do Plano, fêz-se possível não apenas conceber um programa de ação consistente no tocante aos níveis, primário, secundário e superior, qualitativa e quantitativamente, como

vação pode ser aplicada às letras com maior prazo de resgate, nos anos de 1964 e 1965. Para este último período, todavia, uma inspeção do gráfico revela uma possível tendência ascensional dos rendimentos reais, embora de magnitude ainda insuficiente para compensar a deterioração no poder aquisitivo da moeda. Parte da explicação desta diferença entre os rendimentos reais para os dois tipos de letras está no fato de serem maiores os rendimentos nominais para as letras com menor prazo de resgate, em comparação às demais com maior prazo de maturidade.

A média dos rendimentos médios reais dos títulos com prazo de resgate de 150 dias foi de — 0,99% para o período 1961-1962. Para as letras com 210 dias de prazo de liquidação, aquela média foi igual a — 0,41%, no biênio 1964/65. Se, em magnitude, ela foi superior à média dos títulos com menor prazo de resgate, no entanto ainda foi insuficiente para proporcionar um rendimento real positivo para o investidor financeiro.

À vista destes elementos, pode-se concluir que o rendimento das letras de importação não possibilitou ao aplicador financeiro uma remuneração positiva, em termos reais. Um investimento em letras do Banco do Brasil, com prazo de resgate de 150 dias, não permitiu mesmo a manutenção do valor real do principal investido, pois a remuneração daqueles títulos foi inferior ao ritmo inflacionário. Quanto às letras com 210 dias de prazo de resgate, o maior deságio parece não ter sido ainda suficiente para comandar uma remuneração positiva e mesmo permitir que o aplicador recompusesse o valor real do capital investido. No entanto, na medida em que poderiam ser consideradas como uma aplicação livre de riscos financeiros, as letras do Banco do Brasil preencheram importante lacuna no mercado brasileiro de capitais.

APÊNDICE 1

A observação do Quadro 15 parece indicar que o deságio sobre os títulos do Banco do Brasil deve ter sido ligeiramente superior ao deságio das letras de câmbio da FINASA, no período 1961-62. De fato, a média dos rendimentos nominais das letras de importação foi

de 34,33% ao ano; para as letras de câmbio, aquela média foi de 26,57% ao ano. Com tôdas as ressalvas que tal tipo de procedimento pode acarretar (especialmente no tocante à ausência da pesquisa estatística sistemática para se selecionar qual o tipo de letra de câmbio mais representativo), procedeu-se a um teste estatístico para a diferença das médias das duas séries. A hipótese testada foi a de que o rendimento médio das letras de importação igualou o rendimento médio das letras de câmbio da FINASA, para o período em foco. A hipótese alternativa, sugerida pela observação do Quadro 15, é a de que o deságio sôbre as letras de câmbio foi inferior ao deságio sôbre as letras do Banco do Brasil.

Para êste teste, utilizou-se da aproximação de Cochran e Cox, ao invés do teste *t* de Student pois a aplicação dêste último baseia-se na hipótese da igualdade das variâncias das duas amostras. Esta última hipótese, contudo, foi rejeitada a um limite de confiança de 95%. A respeito ver: Steel e Torrie: «*Principles and Procedures of Statistics*», Mc Graw-Hill Book Company, N.Y. 1960, p. 81.

As hipóteses a serem testadas são as seguintes:

$$H_0: m_1 = m_2$$

$$H_1: m_1 / m_2, \text{ onde}$$

m_1 : média dos rendimentos das letras de câmbio da FINASA

m_2 : média dos rendimentos das letras de importação

≡

s_1 : variância dos rendimentos das letras de câmbio

1

≡

s_2 : variância dos rendimentos das letras de câmbio

2

n_1, n_2 : respectivamente, número de observação para as duas séries.

QUADRO 30 (a)
 PLANO DECENTAL — PRINCIPAIS METAS FÍSICAS

SETORES	1976 SITUAÇÃO EXISTENTE	1967/71		1967/76		TAXA DE CRESCI- MENTO ANUAL CUMULATIVO	OBSERVAÇÕES
		ACRÉSCIMO FÍSICO	ACRÉSCIMO %	ACRÉSCIMO FÍSICO	ACRÉSCIMO %		
ENERGIA							
Geração (Mw).....	7.700	5.000	65	12.500	162	8,6	
Transmissão (Km).....	—	5.000	—	11.000	—	—	
PETRÓLEO							
Produção (1 000 bpd).....	120	180	150	380	308	11,5	A taxa de crescimento re-
Refino (1 000 bpd).....	340	150	44	—	—	9,5	ferre-se apenas ao período 67/71.
COMUNICAÇÕES							
Telefones Urbanos.....	900.000	720.000	80	—	—	15,8	A taxa de crescimento re-
Réde Interurbana de Micro-Ondas (Troncos).....	2	5	250	—	—	(*) 87,0	ferre-se apenas ao período 67/71.
Réde Internacional (Via Satélite).....	0	1	—	—	—	(*) 212,0	Programado para o triênio 67/69.
TELEX (Estações).....	908	7.880	870	—	—	IDEM	IDEM
Centro Automático de Triagem Postal	—	3	—	—	—	—	IDEM
Serviço Radiófono.....	—	7	—	—	—	—	IDEM
METAIS NÃO-FERROSOS							
Alumínio (t).....	39.000	55.000	141	90.000	230	14,2	
Cobre (t).....	1.800	10.100	610	47.000	2.600	210,0	
Zinco (t).....	7.200	25.000	348	50.000	695	25,9	
Ferro-Níquel-Níquel Contido (t).....	1.094	1.000	92	—	92	7,4	

(*) As taxas de crescimento referem-se apenas ao período 1967/69.

QUADRO 30 (b)

PLANO DECENAL — METAS FÍSICAS

SETORES	1966 SITUAÇÃO EXISTENTE	1967/71		1967/76		TAXA DE CRESCI- MENTO ANUAL CUMULATIVA	OBSERVAÇÕES
		ACRÉSCIMO FÍSICO	ACRÉSCIMO %	ACRÉSCIMO FÍSICO	ACRÉSCIMO %		
SIDERURGIA							
Lingote Equivalente (1.000 t).....	3.775	1.846	49	5.325	141	10,2	
HABITAÇÃO — Setor Público							
Meio Urbano (N.ª habitações).....	—	1.236.600	—	3.146.700	—		
Meio Rural (" ").....	—	162.300	—	467.400	—		
Brasil (" ").....	—	1.397.900	—	3.614.100	—		
Educação							
Ensino Primário (Alunos novos na série — 1.000 pessoas por ano)....	5.814	1.338	23	3.586	68	5,2	Não estão incluídas as ma- trículas dos repetentes.
Ensino Médio (Matrículas Gerais — 1.000 pessoas por ano).....	2.420	1.637	64	3.789	167	11,1	
Ensino Superior (Matrículas Gerais — 1.000 pessoas por ano).....	166	83	53	219	140	10,3	Inclusive matrículas dos re- petentes
Mão-de-obra — (1.000 P)							
Profissionais.....	(1) 701	—	—	856	122	5,6	As taxas de crescimento referem-se ao período de 1960/76
Gerentes.....	(1) 411	—	—	604	123	5,6	
Empregados.....	(1) 1.048	—	—	1.250	119	5,4	
Vendedores.....	(1) 1.311	—	—	1.699	122	5,6	
Agricultores.....	(1) 11.988	—	—	2.983	25	1,5	
TOTAL.....	(1) 22.661	—	—	14.665	64	4,3	

(1) Situação Existente em 1960.

IV.2 — O Programa Quinquenal de Investimentos — 1967/1971

O presente Plano estabelece os orçamentos de formação de capital em três níveis:

a) Os orçamentos normativos para as entidades do Governo Federal — administração central, autarquias e sociedades de economia mista. Esses orçamentos cobrem a totalidade das inversões previstas para essas entidades;

b) Os orçamentos indicativos para os investimentos dos Governos Estaduais e Municipais, nos setores especialmente estudados pelo Plano; esses orçamentos representam de 80 a 90% da formação de capital pelos Estados e Municípios;

c) As projeções dos investimentos do setor privado, naqueles setores especialmente destacados no Plano. (*)

Os Quadros 31, 32 e 33 resumem esses orçamentos para o quinquênio 1967/1971 — o primeiro indicando os investimentos do Governo Federal, o segundo a consolidação dos investimentos públicos cobertos pelo Plano, Federais e Estaduais e Municipais, o terceiro reunindo tanto os do setor público quanto os do setor privado. As maiores cifras correspondem aos investimentos em transportes, energia elétrica, habitação, indústria e mineração e comunicações. Os totais orçados, em cruzeiros de 1966, são, para o período:

Entidades Federais	19.314	bilhões
Estados e Municípios	10.986	bilhões
Setor Privado	7.710	bilhões
	<hr/>	
	38.010	bilhões

É importante confrontar esses totais com as estimativas de formação de capital obtidas pelo modelo econométrico do capítulo anterior. Estas, para o período 1967/1971, indicavam uma formação bruta de capital de 48.050 bilhões de cruzeiros de 1966, sendo

(*) Esses setores são: habitação, siderurgia, metais não-ferrosos, indústria mecânica, elétrica, química, infra-estrutura, de construção, comunicações, energia elétrica e mineração.

44.678 bilhões de formação bruta de capital fixo. Assim, os investimentos cobertos pelo Plano corresponderiam a 85% de formação bruta de capital fixo do país no período, de acordo com a seguinte discriminação:

Entidades Federais	43,2%
Estados e Municípios	24,6%
Setor Privado	17,3% (*)
	85,1%

É interessante comentar essas cifras, as quais, como já se assinalou, correspondem apenas a uma versão preliminar do Plano, sujeita a revisões. O total de investimentos fixos a cargo do setor público (inclusive autarquias e sociedades de economia mista) representaria 67,8% da formação bruta de capital fixo do país, o que corresponderia a um exagerado índice de estatização. Em particular, a quota percentual dos Estados e Municípios estaria excepcionalmente elevada, em relação ao comportamento histórico e às responsabilidades dessas entidades. Três pontos devem ser observados a esse propósito:

a) os orçamentos-programas foram calculados tomando por base as autorizações em cruzeiros correntes para 1967, aplicando-se um deflator para a conversão de cruzeiros em 1966. Esse deflator foi algo subestimado e admitiu-se uma alta de preços de 20% de média anual a média anual. Assim, o peso excessivo do setor público pode representar apenas uma inexatidão de cálculo. Para citar um exemplo, mantidas as mesmas autorizações nominais para 1967 e as mesmas proporções para os demais anos, a participação do setor público nos investimentos cairia de 67,8 para 62,6% se a alta média de preços fôsse de 30% ao invés de 20%;

b) os programas setoriais incluem um certo *deficit*, para os quais se poderá ou não encontrar recursos. Esse *deficit* total, de 1.577 bilhões de cruzeiros de 1966, corresponde a 3,5% da formação de capital fixo prevista para o país;

(*) Considerando-se o programa total previsto, a participação do setor privado, antes das qualificações introduzidas a seguir, seria naturalmente de 32%.

c) feitas essas conversões, ainda assim as cifras obtidas sugerem a necessidade de uma revisão dos planos setoriais, principalmente os dos Estados e Municípios (como no caso de transporte e saneamento), no sentido de certa redução de seus níveis.

Levados em conta estes aspectos, a participação do setor público global ficaria da ordem de, provavelmente, 50 a 55% do total, cabendo ao setor privado 45 a 50%.

Quanto ao financiamento do programa, 85% provêm de recursos internos, assim distribuídos:

Orçamento Federal	36%
Fundos Extraorçamentários	27%
Recursos Próprios	13%
Outras Fontes Internas	9%

e 11% de recursos externos, ao lado de um *deficit* da ordem de 4% do programa total.

IV.3 — Aspectos Institucionais

Segundo já tivemos oportunidade de assinalar, coube ao Governo Revolucionário estudar, planejar e iniciar a execução das reformas institucionais, cujos principais campos são o tributário, habitacional, agrário, bancário, do mercado de capitais, previdenciário, estatístico e administrativo. O que se vinha verificando no Brasil era uma expansão desordenada das atribuições do poder público sem uma evolução adequada do mecanismo administrativo. De fato, os estudos realizados revelaram a existência de uma máquina emperrada, excessivamente centralizada, descoordenada, inadequada para atender, na forma desejável, às mais elementares necessidades de um serviço público compatível com o desenvolvimento econômico e social. Daí o objetivo primordial da Reforma ter sido a modernização de seus instrumentos, principalmente no sentido da descentralização, e o estabelecimento da efetiva responsabilidade dos seus administradores e, ao mesmo tempo, a criação de contrôles que assegurem a correta aplicação dos dinheiros públicos, sem prejuízo do ritmo de trabalho e sem diminuir seu grau de eficiência.

Os esforços foram dirigidos, fundamentalmente, menos no sentido de alterar a estrutura da Administração Pública do que em modernizar-lhe os princípios orientadores e os instrumentos dos processos administrativos.

Com a Reforma Administrativa o Poder Executivo contará com os instrumentos essenciais para organizar a Administração Federal, elaborar os programas gerais e setoriais de trabalho, operar segundo o roteiro do orçamento-programa, atuar dentro do ritmo imposto pela programação financeira, controlar o funcionamento dos serviços, acompanhar a execução dos programas e fiscalizar, racionalmente, o emprêgo dos dinheiros públicos.

Quadro 31

ORÇAMENTO PROGRAMA FLURIANUAL — INVESTIMENTOS

1967/1971

(Cr\$ Bilhões de 1966)

RECURSOS E APLICAÇÕES		RECURSOS						APLICAÇÕES				
		RECURSOS INTERNOS						TOTAL DOS RECURSOS	DEFICIT OU SUPERAVIT	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA	TOTAL DAS APLICAÇÕES
		FUNDO EXTRA	RECURSOS PRÓPRIOS	OUTROS RECURSOS INTERNOS	TOTAL RECURSOS INTERNOS	RECURSOS EXTERNOS	TOTAL DOS RECURSOS					
ORÇAMENTO FEDERAL												
SETORES E ÓRGÃOS												
1.273	561	542	1.273	605	1.273	1.273	166	1.273	1.273	1.273	1.273	
883	783	1.557	1.080	605	1.080	2.684	430	1.910	1.910	518	2.428	
1.392	4.080	305	2.370	265	2.005	2.005	915	1.788	1.788	411	2.200	
401	207	120	5.837	272	0.100	0.100	156	6.285	6.285	738	7.024	
725	20	178	456	80	536	536	84	300	300	80	380	
		193	830	54	081	081	600	1.054	1.054	823	1.877	
832			413	824	1.237	1.237	244	1.321	1.321	377	1.698	
322			532	145	1.077	1.077	8	377	377	703	1.480	
897		1	696	47	369	369		281	281	251	620	
251			187	5	700	700		187	187	187	364	
187			251		187	187		320	320	320	320	
2		318	320		320	320		16.713	16.713	2.601	19.314	
6.771	5.660	3.275	15.978	2.327	18.305	18.305	1.008	16.713	16.713	2.601	19.314	
TOTAL											19.314	

QUADRO 32
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS — SETOR GOVERNO (TOTAL)

1967/1971

(Cr\$ Bilhões de 1966)

RECURSOS E APLICAÇÕES SETORES E ÓRGÃOS	RECURSOS							A P L I C A Ç Õ E S			
	RECURSOS INTERNOS					RECURSOS EXTRINSECOS	TOTAL DOS RECURSOS	DEFICIT OU SUPERAVIT	MONDA NACIONAL	MONDA EXTRAN- GERA	TOTAL DAS APLICAÇÕES
	ORÇÁ- MENTO FEDERAL	FUNDOS EXTRA	RECURSOS PRÓPRIOS	OUTROS RECURSOS INTERNOS	TOTAL RECURSOS INTERNOS						
Administração e Defesa.....	1.273	.	1.612	333	1.273		1.273		1.273		1.273
Energia Elétrica.....	3.070	564	1.557	30	5.579	1.261	6.840	- 169	5.776	1.233	7.009
Petróleo e Petroquímicas.....		783	1.557	30	2.370	205	2.665	+ 438	1.788	441	2.229
Transportes.....	4.537	6.038	365	-	10.940	2.428	11.188	- 939	11.110	1.017	12.127
Comunicações.....	107	207	120	22	456	80	538	+ 158	300	80	380
Agropecuária e Abastecimento.....	725	26	170		930	54	984		984		984
Indústria e Mineração.....			193	220	413	824	1.237	- 600	1.014	823	1.837
Educação.....	932				932	145	1.077	- 244	1.321		1.321
Saúde.....	322				322	47	369	- 8	377		377
Saneamento.....	1.638	-	26		1.660	345	2.005		2.000		2.005
Ajudagam.....	251				251		251		251		251
Habitacão.....	187				187		187		187		187
Previdência Social.....	2		318		320		320		320		320
TOTAL.....	13.041	7.610	4.369	605	25.633	3.299	28.932	- 1.368	26.706	3.694	30.300

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 SETOR GOVERNO TOTAL + SETOR PRIVADO (*)
 10/67/1971 Cr\$ Bilhões

RECURSOS E APLICAÇÕES	RECURSOS										APLICAÇÕES		
	RECURSOS INTERNOS					RECURSOS EXTERNOS	TOTAL DOS RECURSOS	DEFICIT OU SUPERAVIT	MOEDA NACIONAL	MOEDA EXTRAN-GEIRA	TOTAL DAS APLICAÇÕES		
	ORÇÁ- MENTO FEDERAL	FUNDOS EXTRA	RECURSOS PRÓPRIOS	OUTROS RECURSOS INTERNOS	TOTAL DOS RECURSOS INTERNOS								
Administração e Defesa.....	1.273				1.273		1.273		1.273		1.273		
Energia Elétrica.....	3.070	864	1.012	333	5.379	1.201	6.580	160	5.778	1.233	7.009		
Petróleo e Petroquímica.....		783	1.557	30	2.370	295	2.665	436	1.788	1.441	2.229		
Transportes.....	4.537	6.038	365		10.940	248	11.188	930	11.110	1.017	12.127		
Comunicações.....	107	207	355	670	1.339	104	1.493	31	1.508	164	1.672		
Agricultura e Abastecimento.....	725	26	170		921	54	1.084		984		984		
Indústria e Mineração.....	892		193	2.515	2.708	1.018	4.326	640	3.207	1.659	4.866		
Educação.....	323		932		1.255	145	1.400	244	537		377		
Saúde.....	1.833		25		1.858	47	1.905	5	2.005		2.005		
Saneamento.....	187		407		2.370	104	3.074		251		251		
Previdência Social.....	2		318		320		320		320		320		
TOTAL.....	13.041	9.064	5.011	3.548	31.594	4.281	36.875	1.533	32.864	4.514	37.408		

(*) Não se inclui o programa de indústria química que corresponde a Cr\$ 1.165 bilhões de 1966 para o quinquênio.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1968